



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, DO ENDEREÇO, DESTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA – OBRAS IRMÃ BENTA PARA O QUATRIENIO 2021/2025.

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, reuniram-se de forma virtual conforme previsto em edital, no escritório social da Associação da Divina Misericórdia, CNPJ nº 02.991.012/0001-50, as 09Hs da manhã os Diretores e Associados contribuintes e beneméritos das Obras Irmã Benta, sendo que em 1ª e 2ª convocação não houve quórum estatutário, iniciando 3ª convocação com número total de associados. O Presidente iniciou os trabalhos que irá deliberar quanto as seguintes pautas: 1 - Alteração do Estatuto Social; 2 - Mudança do endereço; 3 – Aprovar possibilidade de Criação das filiais nos municípios de Bujaru, Eldorado dos Carajás, Primavera e Vigia de Nazaré; 4 - Destituição da Atual Diretoria e conselho fiscal; 5 – Eleição, Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Benta para o quadriênio 2021/2025. Compareceram nesta Assembleia os sete Diretores e nove Associados contribuintes e beneméritos, presidiu essa assembleia o Frei Ezequiel Filho IMAE que explanou quanto à importância das alterações necessárias ao bom funcionamento da associação, na oportunidade agradeceu a presença de todos, iniciando o Frei Ezequiel explicou as pautas, sobre a alteração do Estatuto atual o Frei Ezequiel disse que faz-se necessário a inclusão nos objetivos da Associação pra melhorar o atendimento as comunidades assistidas pela Associação. Quanto ao endereço o Frei disse que é importante que a Associação tenha um ponto de referência no centro de Belém para atender os associados e assistidos da Associação, esse endereço será na Av. Nazaré, nº 272, Ed. Clube de Engenharia, sala 407, bairro Nazaré, CEP: 66.035-145, após as leituras, defesas e debates sobre os dois primeiros tópicos da pauta os mesmos foram aprovados por unanimidade conforme proposta. O Frei Ezequiel IMAE passou para a terceira pauta e DISSE, “estamos em expansão logo, torna-se necessário materializarmos a nossa presença nos municípios de forma organizada com filiais registradas e permitindo assim a participação destes agentes multiplicadores em nossas reuniões com direito a voz e a voto”, após explanações e debates foi aprovada a possibilidade de criação das filiais nos municípios de Bujaru, Eldorado dos Carajás, Primavera e Vigia de Nazaré conforme proposta, a definir endereços em assembleias específicas. Passando para o quarto ponto da pauta o Frei Ezequiel Filho IMAE lembra tudo o que foi construído pela instituição durante os seis mandatos em que ficou à frente da mesma, lembrou que recebemos comenda de reconhecimento do governo do estado e conseguimos o Título de Utilidade Pública Estadual, disse que a caminhada ainda é longa e árdua e que hoje sendo um dia com a representatividade que é, fica ainda mais emblemático esse passo que estamos dando, pois hoje além de ser o dia da aparição de Nossa Senhora de Fátima a quem pedimos proteção e sabedoria é também o dia da assinatura da Lei Áurea, que permitiu o início das transformações sociais tão importantes nos dias de hoje, DISSE, “neste momento tenho o sentimento de dever cumprido e passo a presidência da associação com a maior certeza de que o novo presidente juntamente com a nova diretoria que toma posse hoje se esforçarão pra fazer muito mais e melhor do que fizemos”, o Frei Ezequiel Filho IMAE falou sobre o caráter do novo presidente, sua índole ilibada, católico fervoroso, temente a Deus e apaixonado por Nossa Senhora, homem de família, empresário comprometido com o social e o bem estar comum, sem dúvidas ira com muita dignidade representar as Obras Irmã Benta, após outros pronunciamentos a destituição da atual diretoria e conselho fiscal foi aprovada por unanimidade conforme proposta; dando seguimento o Frei Ezequiel Filho IMAE iniciou a apresentação da chapa única pra Eleição por aclamação da nova Diretoria da Associação da Divina Misericórdia, após profundo debate quanto às novas funções a serem exercidas depois de registrada as alterações no Estatuto a composição da nova **DIRETORIA ESTATUTÁRIA** ficou como se segue: **Presidente: Dr. Rodrigo Pereira Pinheiro**, brasileiro, casado, Médico, residente e domiciliado em Belém do Pará, na Al. Beijupira (Cond. Água Cristal) 17, CEP: 66.635-894, bairro Val-de-Cães, portador do CRM nº 8.613, CPF nº 744.067.792-72; **Vice-Presidente: DRA. Raissa Tereza Casseb Oliveira**, brasileira, casada, Médica, residente e domiciliada em Belém do Pará, na Al. Beijupira (Cond. Água Cristal) 17, CEP: 66.635-894, bairro Val-de-Cães, portador do CRM nº



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



11.685, CPF nº 516.752.182-34; **Secretário: Flavio Marconsini de Souza**, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado a TV. Humaitá, nº 885, Ed. Porto Albany, Apto. 1.704, Pedreira, CEP: 66.083-340, Belém-PA; **Tesoureiro: Frei Ezequiel Semião do Rosário Filho**, brasileiro, solteiro, religioso, RG: 5.780.621, CPF: 944.538.022-34; End. Rua dos Caripunas nº 1742, bairro Batista Campos, CEP 66.033-442, Belém-PA. Passagem para a composição do **CONSELHO FISCAL** que fica composto pelos Associados conforme segue: **1º titular: Marcelo Machado Tavares**, brasileiro, solteiro, Amapaense, contador, nascido em 02/09/1981, portador da C.N.H. nº 01.451.602.889 DETRAN/PA, CI nº 273.674 - SSP/AP, devidamente inscrito no C.P.F. sob o nº. 719.967.452-04, residente e domiciliada sito à Rua Timbiras nº. 1771 - Edifício Bellagio - Apto 900, bairro Jurunas, CEP: 66.030-610, na cidade de Belém, Estado do Pará; **2º titular: Diego Carvalho Leal**, brasileiro, solteiro, Comerciante, RG nº 4.751.536 PC - PA, CPF nº 787.874.402-53, residente e domiciliado à Av. Principal nº 95, Residencial Lagoa Azul, Bairro Levilândia, CEP 67.113-000, Ananindeua-PA; **3º titular: Jacqson Santos do Carmo**, brasileiro, solteiro, religioso, RG nº 1.169.411.380, CPF nº 020.288.015-06, residente e domiciliado à Rua Assis de Vasconcelos, nº 542, Ed. Porto Cali, Apto. 802, bairro Campina, CEP 66.010-010, Belém-PA. No final da apresentação da chapa o presidente da assembleia Frei Ezequiel Filho abriu votação, onde a chapa foi eleita e empossada por unanimidade, sem questionamentos ou concorrência, pra um mandato de quatro anos com início imediato. Finalizando a reunião o Presidente da Assembleia passou a palavra pra o novo presidente eleito DR. RODRIGO que agradeceu a confiança depositada e ressaltou que precisaremos trabalhar em dobro e com mais entusiasmo no intuito de torna a Associação uma referência na atenção à saúde e na assistência a crianças em situação de vulnerabilidade social, agradeceu as palavras do Frei Ezequiel e dos demais presente, disse que fará o que estiver ao seu alcance e até mesmo além pra honrar esse mandato; concluindo, todos os presentes deram uma salva de palmas a nova Diretoria Estatutária, dando esta Assembleia Geral encerrada o Frei Ezequiel IMAE dirigiu uma oração e despediu todos os presentes.

Dr. Rodrigo Pereira Pinheiro	Presidente	<i>[Assinatura]</i>
DRA. Raissa Tereza Casseb Oliveira	Vice-Presidente	<i>Raissa Tereza Casseb Oliveira</i>
Flávio Marconsini de Souza	Secretário	<i>[Assinatura]</i>
Frei Ezequiel Semião do Rosário Filho	Tesoureiro	<i>[Assinatura]</i>
Marcelo Machado Tavares	1º Conselheiro Fiscal	<i>[Assinatura]</i>
Diego Carvalho Leal	2º Conselheiro Fiscal	<i>[Assinatura]</i>
Jacqson Santos do Carmo	3º Conselheiro Fiscal	<i>Jacqson Santos D. Carmo</i>



4º TABELIONATO DE NOTAS DE BELÉM/PA
K nia Martins Santos - Tabelião

--- -- RECONHECIMENTO --- --

Reconheço a assinatura por AUTÊNTICA de:

FREI EDUARDO BALTO DA SILVA
DIEGO CARVALHO
JACSON SANTOS DO CARMO

Belém/PA, 05/08/21. Em test. da Verdade.

SANDRO PINHEIRO LOBATO JÚNIOR - Escrevente

Emolumentos: R\$ 5,30 + selo: R\$ 0,45 -- Total: R\$ 5,75 Selo:

CARTÓRIO KOS MIRANDA
6º Tabelionato de Notas de Belém/PA
Raimunda Terezinha de Kós Miranda - Tabelião Vital
Av. Braz de Aguiar nº668 - Nazaré - Cep: 66035-415 - Belém/PA - Fone: (91) 3212-3714

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:

[EAVDMEYO] - MARCELO MACHADO TAVARES

Do que dou fe, Belém/PA, 05 de agosto de 2021.

Em testemunho da Verdade.

NEWTON BURILAMAU DE MIRANDA JR. - TABELIÃO SUBSTITUTO

Emol: R\$ 5,30 Selo: R\$ 0,45 Total: R\$ 5,75

Selo: 1074933 - Série: A - Cod. Segurança: 3399701200002584132114080

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA
Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0705968] - FLAVIO MARCONSI DE SOUZA
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

**AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.**

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076020 - Série: A - Cod. Segurança:
02067010000031962371314080

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA
Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0310444] - RODRIGO PEREIRA PINHEIRO
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

**AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.**

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076018 - Série: A - Cod. Segurança:
81067010000001962371314080

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA
Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0667576] - EZEQUIEL SEMIAO DO ROSARIO FILHO
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

**AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.**

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076021 - Série: A - Cod. Segurança:
12067010000041962371314080

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA
Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0695822] - RAISSA TERESA CASSES OLIVEIRA
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

**AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.**

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076019 - Série: A - Cod. Segurança:
91067010000011962371314080



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



Eu, Frei Edvaldo Brito da Silva IMAE, brasileiro, solteiro, RG: 581.720.027 - SSP/SP, CPF nº 965.010.905-63, Trav. dos caripunas, nº 1.742, bairro Batista Campos, CEP 66.033-442, Belém-PA, secretariei, redigi e transcrevi esta Ata que assino e dou fé de seu conteúdo juntamente com o Presidente da Assembleia

Belém - PA 13 de maio de 2021.

Cartório
3º Ofício de Notas de Belém

Frei Ezequiel Filho IMAE
CPF: 944.538.022-34
Presidente da Assembleia

Edvaldo Brito da Silva
Frei Edvaldo Brito da Silva IMAE
CPF: 965.010.905-63
Secretário da Assembleia

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA
Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0667576]-EZEQUIEL SEMIÃO DO ROSARIO FILHO
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021 Em
testemunho da Verdade
AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.
Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25
Selo: 1076024 - Série: A - Cod. Segurança
42067010000071962371314080



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Praça Felipe Patroni, s/n, SALAS 236/238 - Belém - Pará

Protocolado sob nº 00017209 Registrado sob nº 00017209. Belém-PA.
24/08/2021

() MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA - Oficial Registrador
KARINY SOUZA BORGES - Oficial Substituta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 560134
SÉRIE: A
SELADO EM: 24/08/2021
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
43106500000019357005217270

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 120,00	R\$ 18,00	R\$ 3,00

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 560135
SÉRIE: A
SELADO EM: 24/08/2021
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
53106500000029357005217270

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
4	R\$ 96,40	R\$ 14,48	R\$ 2,40

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, DO ENDEREÇO, DESTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA – OBRAS IRMÃ BENTA PARA O QUATRIENIO 2021/2025.

N.		
01	FLAVIO MARCONINI DE SOUZA	
02	EVERTON DE SOUZA DUARTE	
03	Regino Pereira Ribeiro	Regino.
04	Raima Tereza Lomb Oliveira	
05	Marcelo Augusto Silveira Chaves	
06	Luiz Felipe de Oliveira	
07	Adilson Luiz Barbosa Junior	
08	João Paulo da Silva	
09	MARCELO MACHADO TAVARES	
10	Luiz de Siqueira Gomes	
11	Adriano Roberto Machado de Carvalho	
12	Valdimir Ferreira Diniz	
13		
14	João Carlos Costa Santos	
15	Jorgeon Santos D. Carmo	
16	Edvaldo Brito da Silva	
17		
18		
19		
20		





EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Edital de Convocação para Assembléia Geral Ordinária de eleição, posse e outras providencias da Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Benta.



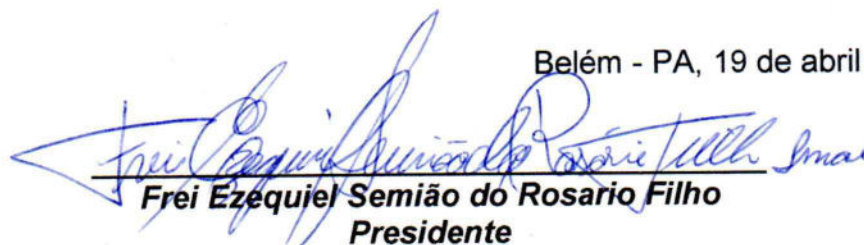
A Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Benta, com sede social localizada na Travessa do Veleiro, nº 356, Ilha de Outeiro, Cidade de Belém-PA, vem por seu Presidente, **CONVOCAR**, por meio do presente edital, todos os associados, para a Assembléia Geral Ordinária de eleição e posse da Associação, que será realizada VIRTUALMENTE, em razão das restrições sociais da pandemia, no dia 13/05/2021, com a primeira chamada às 08:00 horas da manhã, segunda chamada as 09 horas da manhã e terceira chamada as 10 horas da manhã, sendo iniciada a assembléia com a presença da maioria dos associados presentes na terceira chamada, está assembleia terá a seguinte ordem do dia:

1. Eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho de fiscal;
2. Mudança da sede para o edifício clube de engenharia;
3. Aprovação da proposta de possível criação das filiais nos municípios de Bujaru, Primavera, Vigia de Nazaré e Eldorado dos Carajás;
4. Alteração do estatuto social;
5. Destituição da diretoria atual/vigente e conselho fiscal;
6. Outros assuntos de interesse, não passíveis de votação.

A reunião será realizada por meio da plataforma zoom. Por questões de segurança, o link da reunião será disponibilizado a partir de quinze minutos antes da sua realização para os membros efetivo da associação e os que manifestarem interesse em participar da Assembleia.

Contando com a presença e participação de todos os interessados e interessadas, subscreve-se o presente edital de convocação.

Belém - PA, 19 de abril de 2021.


Frei Ezequiel Semião do Rosario Filho
Presidente



1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial **MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA**

Rua João Diogo nº 26, Cidade Velha, CEP: 66.015-160 - Belém – Pará

Fone: (91) 98993-8773 / 3115-4419

e-mail: cartoriochada@gmail.com

MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial do 1º Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil.

CERTIFICA, em virtude de atribuições que lhe confere a lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os livros deste 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dos mesmos verifiquei constar apresentado para Averbação em Pessoa Jurídica, em data de 24/08/2021, apontado sob o nº de ordem 00017209, Uma Ata da Assembleia Geral Ordinária para Alteração do Estatuto Social, do Enderenço, Destituição, Eleição e Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA - OBRAS IRMÃ BENTA. Belém, 24 de agosto de 2021. E por ser verdade dou fé, na ausência ocasional do Oficial. Kariny Souza Borges.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ**

SELO DIGITAL DE CERTIDÃO: 301684

SÉRIE: A

SELADO EM: 24/08/2021

CÓDIGO DE SEGURANÇA:

48810300000059977090518070

AP

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 44,40	R\$ 6,88	R\$ 1,11

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



ESTATUTO SOCIAL



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE, FORO JURÍDICO E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA, fundada em 05 de fevereiro de 1999, inscrita no CNPJ sob nº 02.991.012/0001-50, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, qualificada como de utilidade pública, tendo duração por tempo indeterminado, com sede a Av. Nazaré, nº 272, Ed. Clube de Engenharia, Sala 407, bairro Nazaré, município de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.035-145, com abrangência em todo o território nacional e foro da comarca de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º - A Associação da Divina Misericórdia tem por finalidades:

- I. Congregar, manter, promover, coordenar e desenvolver atividades beneficentes de assistência social, filantrópicas, educacionais, ambientais, culturais, terapêuticas, preventivas, ambulatoriais, clínicas e hospitalares;
- II. Criação e manutenção de estabelecimentos de ensino e de assistência social;
- III. Promoção de atividades artísticas e culturais;
- IV. Desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão;
- V. Instituição, criação e manutenção de fundos de bolsas de estudo;
- VI. Manutenção e desenvolvimento de atividades livres, editoriais e gráficas;
- VII. Promoção da inclusão social e digital de comunidades carentes;
- VIII. Desenvolvimento de ações que visem à promoção da integração ao mercado de trabalho de jovens e pessoas carentes;
- IX. Desenvolvimento de atividades e ações de preservação e proteção do meio ambiente, da sua fauna e da sua flora, assim como do ecossistema;
- X. Desenvolvimento de atividades junto à agricultura familiar e da agroecologia;
- XI. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico;
- XII. Criação e administração de estabelecimentos clínicos;
- XIII. Criação e administração de estabelecimentos ambulatoriais, para promoção de ações de prevenção de doenças;
- XIV. Criação e administração de estabelecimentos hospitalares, para promover atividades de assistência à saúde;
- XV. Promoção de iniciativas humanitárias a nível nacional e internacional;
- XVI. Criação, administração e manutenção de abrigos e orfanatos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
- XVII. Criação, administração e manutenção de casas de convivência da melhor idade;
- XVIII. Criação, administração e manutenção de casas de apoio a moradores de rua;
- XIX. Criação, administração e manutenção de casas e centros de recuperação de dependentes químicos de álcool e drogas;



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- XX. Desenvolvimento de atividades que visem o acesso dos direitos humanos tais como saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade em todas as suas fases, moradia digna, transporte coletivo digno entre outros, a famílias de baixa renda priorizando as remanescentes de áreas quilombolas e indígenas e áreas de ocupação, e periféricas;
- XXI. Criação de missões religiosas de cunho religioso, visando pregar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo segundo os ensinamentos de nossa fundadora Irmã Benta Fedelina Cinelli.



Parágrafo Primeiro - *As finalidades da Associação da Divina Misericórdia serão atingidas através de Núcleos administrativos (FILAIS) que se orientarão ética e espiritualmente nos ensinamentos e exemplos de nossa Irmã Benta Fedelina Cinelli, fundadora do Instituto Missionários Apóstolos do Evangelho, instituição mantenedora da Associação da Divina Misericórdia.*

Parágrafo Segundo - *Quaisquer resultados operacionais positivos apurados no final de cada exercício, advindos das atividades remuneradas ou não, serão obrigatoriamente aplicados nas finalidades da Associação da Divina Misericórdia.*

Parágrafo Terceiro - *A Área de atuação da Associação da Divina Misericórdia será em qualquer parte do território nacional e internacional com escritório de representação, filiais e posto de serviços.*

Art. 3º - A Associação da Divina Misericórdia na medida em que seus recursos permitirem propiciará atendimento gratuito, de acordo com as normas pertinentes, tanto na área do ensino e assistência a alunos carentes, como nas áreas de assistência social, clínicas, hospitalares e ambulatoriais a necessitados priorizando agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e remanescentes de áreas de ocupação, sem fazer quaisquer discriminações quanto à cor, raça, orientação sexual, etnia, nível social ou ainda opção religiosa.

Art. 4º - A Associação da Divina Misericórdia para alcançar suas finalidades, poderá desenvolver as seguintes ações:

- I. Prestar serviços em administração de hospitais, escolas, universidades, creches, centros de convivência e outros, realizando serviços de consultoria e assessoria, diagnóstico ou administração, e gestão operacional;
- II. Firmar contratos de prestação de serviços, contratos de gestão, termos de fomento, celebrar termos de parcerias e/ou convênios, termos e acordos de cooperação, comodatos e concessões com entidades públicas e privadas, congêneres ou governamentais, nacionais ou internacionais com vista ao desenvolvimento de seus fins sociais;
- III. Promover atividades científicas, para disseminação de conhecimentos na área de saúde, educação e assistência social;
- IV. Adquirir todas as tecnologias disponíveis, softwares e outros meios necessários à execução das suas finalidades.



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



CAPÍTULO II

I. DOS ASSOCIADOS E ADMISSÃO

Art. 5º - O quadro de Associados da Associação da Divina Misericórdia será formado por número ilimitado de pessoas e composto dos que o solicitarem e forem aceitos pela Assembleia Geral, nos termos do presente estatuto, por deliberação de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Associados.

Art. 6º - Para ser admitido como Associado, o interessado deverá preencher os seguintes requisitos mínimos:

- I. Entregar carta de apresentação de 03 (três) associados já pertencentes à Associação da Divina Misericórdia;
- II. Requerer sua admissão à Assembleia Geral e ser por ela aprovada.
- III. Não estar condenado em nenhum processo criminal, inclusive tributário, com trânsito em julgado.

Art. 7º - São direitos dos Associados, exercidos através de seus representantes:

- I. Participar das Assembleias e nelas votar e serem votado;
- II. Exercer direitos e funções que lhes tenham sido legitimamente conferidos;
- III. Apresentar propostas e sugestões de interesse social;
- IV. Convocar a Assembleia extraordinária, observando o quórum mínimo de 1/5 e os critérios previstos na seção I, Art. 12º § 2º;
- V. Participar individualmente da indicação de até 03 (três) novos associados por ano;
- VI. Recorrer a Assembleia Geral quando for excluído do quadro de associados;
- VII. Solicitar sua exclusão do quadro de associado, devendo o fazer de maneira formal, direcionado ao Presidente. Neste ato, não cabe nenhuma discussão quanto a direito a pagamento ou reparação por parte da Associação;
- VIII. Usufruir os serviços ofertados pela Associação da Divina Misericórdia;
- IX. Candidatar e serem votados em cargos da associação.

Art. 8º - São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Atender as deliberações da Assembleia e da Diretoria;
- III. Colaborar para a realização dos fins sociais;
- IV. Exercer os cargos para os quais foram designados e/ou eleitos;
- V. Zelar pelo patrimônio moral e material da entidade;
- VI. Contribuir gratuitamente com seu trabalho e dedicação para a consecução das finalidades institucionais;



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- VII. Manter sua documentação e dados atualizados junto a entidade, para questionamentos e não validação do processo convocatório ou não recebimento de documentos que lhe forem dirigidos;
- VIII. Os associados poderão formar grupos de trabalho independente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:
- a- Serviços de voluntariado;
 - b- Realizações de eventos de confraternização, e eventos religiosos;
 - c- Grupos de estudos e pesquisa.



Parágrafo único - os Associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos que após análise do Conselho Fiscal e parecer da Diretoria, submetendo a apreciação da Assembleia convocada para esse fim, os que forem tidos culpados de atos dolosos, corruptivos ou fraudulentos devem ser entregues as autoridades civis competentes.

II. DA EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Art. 9º - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometa a ética, moral ou aspecto financeiro da Associação da Divina Misericórdia, o mesmo será passível de sanções da seguinte forma:

- a- Advertência por escrito;
- b- Suspensões dos direitos por tempo determinado;
- c- Exclusão do quadro de associado.

Parágrafo Primeiro - A advertência por escrito será elaborada pela Diretoria, com aviso de recebimento, informando o motivo.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um período não superior a 150 (cento e cinquenta) dias corridos, pelo Conselho de Administração com exposição de motivos.

Parágrafo Terceiro - Deixarão de ser associados os que o solicitarem ou forem excluídos pela Diretoria Estatutária, confirmados pela Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - O Associado que deixar, injustificadamente, de comparecer a 4 (quatro) Assembleias Gerais consecutivas, desde que formalmente convocado nos termos deste Estatuto, perderá sua condição de Associado, mas poderá impetrar recurso a Diretoria Estatutária e em última instância a Assembleia Geral da Entidade para análise e decisão, conforme Art. 10, Parágrafo Primeiro e Segundo.

Parágrafo Quinto - O Associado excluído nos termos do parágrafo anterior, poderá pleitear novamente sua condição de Associado, nos termos deste Estatuto.

Art. 10º - O Associado será julgado e eventualmente punido quando:



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- I. Agir de forma a constranger, sob qualquer aspecto, outro Associado, empregado ou prestador de serviço;
- II. Desrespeitar valores morais, éticos e sociais;
- III. Tiver sobre si condenação transitada em julgado de ilícito penal, tributário, podendo a punição ser solicitada por outro Associado ou de Ofício pela Diretoria Estatutária;
- IV. Tiver sobre si condenação transitada em julgado, de natureza judicial ou administrativa, de natureza grave, e que puder afetar os interesses ou a imagem institucional da Associação da Divina Misericórdia.

Parágrafo primeiro - O Associado poderá se defender em relação as acusações que lhe forem feitas no prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua intimação para fazê-lo, em petição dirigida a Diretoria Estatutária.

Parágrafo segundo - A Diretoria Estatutária poderá, em decisão fundamentada a ser proferida em até 30 (trinta) dias após a apresentação da defesa, absolver ou aplicar as seguintes penalidades aos Associados, dependendo da gravidade do ato, não ficando, porém, adstrito à gradação: Advertência Escrita, Suspenso e Exclusão.

Parágrafo terceiro - Da decisão da Diretoria Estatutária caberá recurso à Assembléia Geral no prazo preclusivo de 15 (quinze) dias a contar da intimação do Associado por aviso de recebimento dos correios, no endereço constante de seu cadastro pessoal.

Parágrafo quarto - A decisão de aplicação de qualquer penalidade ao Associado será tomada pela maioria dos Associados presentes à Assembléia convocada especialmente para este fim.

Parágrafo quinto - O Associado excluído poderá pleitear novamente para ser incluído como Associado após (cinco) anos de sua exclusão, observados os dispositivos deste Estatuto.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA é administrada pelas seguintes estâncias, deliberativa, executiva, consultiva fiscalização:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria Estatutária;
- III. Conselho fiscal;
- IV. Conselho de Administração.





INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



I. DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA e é integrado pelos associados.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á duas vezes por ano mediante convocação do Presidente ou Vice-presidente, através de edital fixado no quadro de avisos da sede social, nos meios de comunicação em massa ou correio eletrônico, constantes dos cadastros pessoais, com antecedência mínima de vinte dias (20), incluindo a respectiva ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário;

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á, a quaisquer época, sempre que convocada pelo Presidente da Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA, ou por um quinto dos associados regulares com suas obrigações junto a Associação da Divina Misericórdia, obedecendo a antecedência mínima de dez dias (10), devendo observar a publicação do edital no quadro de avisos da sede social, nos meios de comunicação em massa ou correio eletrônico, incluindo a ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário.

Art. 13º - A Assembleia Geral se instala e delibera validamente com a presença de cinquenta por cento mais um dos associados, decidindo pelo voto concorde da maioria dos presentes.

§ 1º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente que terá direito ao seu próprio voto e o voto de desempate;

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária será presidida pelo Presidente, ou, em caso de impedimentos ou vagância, a Assembleia Geral Extraordinária será presidida pelo sucessor direto na hierarquia da Associação da Divina Misericórdia conforme as disposições da Seção II, Art. 17 e 18;

Art. 14º - Compete a Assembleia Geral:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as normativas, os decretos e as decisões da Diretoria;
- II. Eleger e destituir os membros efetivos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III. No primeiro quadrimestre apreciar e aprovar os Relatórios da Diretoria e o Balanço Anual com os pareceres do Conselho Fiscal;
- IV. No último quadrimestre aprovar a proposta de orçamento anual, para o próximo exercício fiscal, que deve ser apresentado pela Diretoria Estatutária;
- V. Aprovar as metas e os planos plurianuais de planejamento, apresentados pela Diretoria;
- VI. Eleger substitutos provisórios através de decretos a serem fixados no quadro de aviso e nos meios de comunicação em massa para quaisquer membros da Diretoria, do Conselho Fiscal assim como nomear a Comissão Eleitoral;
- VII. Aprovar fundos, sua gestão e demais assuntos pertinentes aos programas de trabalho, por proposta da Diretoria;



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- VIII. Estabelecer diretrizes administrativas e aprovar o Regimento Interno da Associação da Divina Misericórdia, proposto pela Diretoria;
- IX. Deliberar sobre as proposições ou outras questões que lhe forem submetidas, inclusive casos omissos no presente estatuto;
- X. Autorizar a alienação ou oneração do patrimônio;
- XI. Reformar este Estatuto Social;
- XII. Decidir sobre a extinção da Associação da Divina Misericórdia.



II. DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Art. 15º - A Diretoria Estatutária é eleita pela Assembleia Geral, conforme art. 14, II, preferencialmente dentre pessoas de notórios conhecimentos em direito, administração, contabilidade ou gestão escolar ou empresarial, membros associados, para um mandato de quatro (04) anos, admitida uma única recondução, sendo sua composição:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. Secretário
- IV. Tesoureiro

Parágrafo único – *A Diretoria Estatutária se reunirá ordinariamente a cada trimestre, e as Deliberações da Diretoria dependem da presença da maioria mais um e, em caso de empate nas votações, cabe ao Presidente, além do seu voto, o voto de desempate.*

Art. 16º - Compete à Diretoria Estatutária:

- I. Zelar pelo cumprimento do Estatuto, bem como encaminhar execução das decisões da Assembleia Geral;
- II. Apresentar à Assembleia Geral ordinária, até o dia 30 de abril de cada ano, a prestação de contas do exercício anterior, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;
- III. Alienar bens móveis;
- IV. Alienar e onerar bens imóveis após a autorização da Assembleia Geral, na forma do art. 14, X;
- V. Decidir em primeira instância, pela exclusão de Associado.

Parágrafo Único - *Para questões relativas ao Ensino Superior a Diretoria se fará assessorar por um Conselho cuja estrutura, composição e funcionamento serão regulamentados por regimento próprio.*

Art. 17º - Competente ao Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões, observado no §2º do Art. 13, bem como das assembleias gerais e as reuniões da Diretoria;
- II. Representar isoladamente, a associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, inclusive perante instituição financeiras, bem como receber e dar quitações;



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- III. Constituir conjuntamente, procuradores, mandatários e advogados com poderes específicos;
- IV. Receber subvenções dos poderes públicos mediante o necessário documento de quitação;
- V. Exercer o voto de desempate;
- VI. Aplicar as penalidades previstas no Estatuto;
- VII. Aprovar a criação, alteração ou fechamento de filiais, sem a necessidade de deliberação pela Assembléia Geral.

Art. 18º - Competente ao Vice-Presidente, substituir o Presidente e o Tesoureiro em caso de impedimentos e auxiliá-los em suas tarefas.

Art. 19º - Competente ao Secretário:

- I. Elaborar e registrar as atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Estatutária;
- II. Manter em ordem os livros, registros e arquivos da entidade;
- III. Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 20º - Competente ao Tesoureiro:

- I. Manter atualizada a contabilidade da entidade;
- II. Publicar anualmente o Balanço e demais documentos, conforme legislação;
- III. Substituir o Secretário nos seus impedimentos.



III. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CONSELHO FISCAL)

Art. 21º - O conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de quatro (04) anos, dentre pessoas de preferência com notórios conhecimentos em direitos, contabilidade ou administração.

§ 1º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Apresentar a regularidade das movimentações financeiras, cumprimentos das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas e dos procedimentos administrativos da Associação como órgão central, bem como de suas filiais;
- II. Emitir os competentes pareceres sobre a matéria apreciada e encaminhá-los à Diretoria Estatutária para submetê-los à assembleia Geral;
- III. Requisitar a apresentação de todos os documentos da Associação da Divina Misericórdia, inclusive das filiais, necessários ao cumprimento de suas atribuições;
- IV. Emitir parecer baseado em relatórios de auditoria, realizada por empresa especializada, contratada pela administração, por indicação do próprio Conselho Fiscal;
- V. Mensalmente providenciar fechamento de balancetes e, anualmente fechar o balanço do exercício com todas as contas conciliadas e em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade;
- VI. Zelar por manter em ordem e arquivadas as escrituras, contratos de comodato e cessão de imóveis da Entidade.



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



IV. DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22º - O Conselho de Administração será composto por 10 (Dez) membros, da seguinte forma:

- I. 03 (três) membros indicados pelo Instituto Missionário Apóstolos do Evangelho, por deliberação do superior geral;
- II. 03 (três) membros eleitos entre os Associados em Assembléia Geral;
- III. 03 (três) membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas da sociedade civil de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- IV. 01 (um) membro eleito pelos colaboradores da entidade.

Parágrafo Primeiro - São critérios a serem observados na composição do Conselho de Administração:

- I. Os eleitos ou indicados não poderão ser parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau de membros do Poder Executivo com quem a Associação da Divina Misericórdia mantenha qualquer forma de relação jurídica direta, ou dela seja contratante, de Governadores, Vice-Governadores, Secretários de Estado e Prefeitos;
- II. O Conselho reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;
- III. Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que prestarem nessa condição, ressalvada a ajuda de custo par reunião da qual participar;
- IV. Os Conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria Estatutária da Associação da Divina Misericórdia deverão renunciar ao assumir tais funções.

Parágrafo Segundo - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 04 (quatro) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Terceiro - O Conselho de Administração terá as seguintes atribuições:

- I. Fixar Plano Estratégico relativo ao âmbito de atuação da Entidade, para consecução dos seus objetos;
- II. Aprovar a proposta de Contrato de Gestão, Contrato Administrativo, Convênio, Termo de Colaboração, Termo de Fomento, acordos de cooperação e demais parcerias;
- III. Aprovar a proposta de orçamento e o plano de investimentos da entidade;
- IV. Designar e dispensar os membros da diretoria Executiva e fixar sua remuneração;
- V. Aprovar o regimento interno da entidade, que deverá dispor, no mínimo, sobre sua estrutura, gerenciamento, cargos e competências;
- VI. Aprovar o regulamento contendo os procedimentos que a Associação da Divina Misericórdia deve adotar na contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios da entidade;
- VII. Aprovar as mudanças deste Estatuto e encaminhá-lo a Assembléia Geral;
- VIII. Aprovar a extinção da Associação da Divina Misericórdia;
- IX. Aprovar e encaminhar os relatórios gerenciais e de atividades elaborados pela



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



- Diretoria para o órgão supervisor competente;
- X. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas, e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;
- XI. Emitir parecer sobre o balanço anual da Associação da Divina Misericórdia.

Parágrafo Quarto - Para os casos previstos nos incisos V, VI e VII do parágrafo quarto deste artigo será obrigatório o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV

DAS DEPENDÊNCIAS

Art. 23º - A Associação da Divina Misericórdia será estruturada de forma a desenvolver suas atividades em dependências fiscais específicas, podendo ser criadas, mantidas ou fechadas em qualquer parte do território nacional, nos termos do Art. 17º, VII, sendo administradas por uma Diretoria Local que atuará por procuração.



CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 24º - O patrimônio da Associação da Divina Misericórdia se constitui de:

- I. Bens, moveis e imóveis, presentes e futuros;
- II. Constituído de valores escriturados em sua contabilidade.

Parágrafo Único - O patrimônio da Associação da Divina Misericórdia responde pelas obrigações assumidas em seu nome pelos órgãos competentes.

Art. 25º - As receitas da Associação da Divina Misericórdia terão, dentre outras, as seguintes fontes:

- I. Administração de Hospital próprios e de terceiros;
- II. Contratos de gestão com o poder público;
- III. Doação de bens e renda diversas;
- IV. Contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- V. Auxílios e subvenções provenientes de pessoas jurídicas públicas e privadas;
- VI. Juros e outros rendimentos resultantes de aplicações diversas;
- VII. Fundos e provisões especiais, se necessário;
- VIII. Rendas resultantes de prestação de serviços;
- IX. Emendas Parlamentares de agentes públicos das esferas Estadual e Federal;
- X. Taxas de administração e de manutenção;



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



XI. Doação de recursos de fundos internacionais.

Art. 26º - Os bens e as rendas da Associação da Divina Misericórdia serão aplicados integralmente para a realização dos fins definidos no presente Estatutos.

Parágrafo Primeiro - *A Associação da Divina Misericórdia não distribuirá lucro, bonificações, vantagens a dirigentes, associados sob nenhuma forma ou pretexto, destinado a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades.*

Parágrafo Segundo - *A Associação da Divina Misericórdia aplica as suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.*

Parágrafo Terceiro - *Em caso de patrimônios de órgãos públicos devidamente identificados, recebidos por conta de contratos de gestão ou convênio, serão contabilizados em contas patrimoniais específicas, catalogados e controlados separadamente do patrimônio da Associação da Divina Misericórdia, sendo objeto de devolução a qualquer momento, mediante regras estabelecidas entre as partes.*

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 27º - Os membros da assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal não receberam remuneração e não usufruem de vantagens e bonificações sob qualquer título pelo exercício de seus cargos, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da Associação da Divina Misericórdia.

Art. 28º - O exercício fiscal, será igual ao ano civil, de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 29º - Ficam convalidados os mandatos dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos no dia 13 de maio de 2021.

Art. 30º - A Associação da Divina Misericórdia publicará seus demonstrativos financeiros e contábeis, com periodicidade definida por lei e ocorrerá em veículo impresso de grande circulação ou Imprensa Oficial do Poder Executivo.

Art. 31º - A Associação da Divina Misericórdia, publicará na internet e/ou na sua sede administrativa, todos as parcerias e convênios celebrados com a administração pública.

Art. 32º - O presente Estatuto, aprovado pela assembleia Geral em 13 de maio de 2021 substitui o Estatuto Social da Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Bento, apresentado no dia 06 de fevereiro de 2019 para registro e apontado sob o nº de ordem 000012.520 de protocolo do livro A-15 nº 15 registrado sob o nº de ordem 000012.520 do Livro B nº 126 de registro de títulos



INSTITUTO MISSIONÁRIOS APÓSTOLOS DO EVANGELHO
ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA



e documentos. Ato consolidado com selo de segurança do tipo geral nº 010698651. Belém do Pará 06 de fevereiro de 2019.

Art. 33º - Em caso de dissolução voluntária ou por força da Assembléia Geral, uma comissão formada por várias pessoas indicada em assembleia Geral de preferência com notórios conhecimentos contábeis e religiosos com todos os pré-requisitos e autonomias procederam com a liquidação dos bens materiais, servíveis e inservíveis assim como eventuais cotas sociais e dívidas ativas e passivas.

Art. 34º - No caso de finalização das atividades da *Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Benta*, todo o patrimônio atingido com suas atividades, doações e outros, bem como os excedentes financeiros do exercício, terão como fim uma entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída no Brasil, ou a entidade pública, para que não se desvirtue sua finalidade conforme prevista neste Estatuto.

Art. 35º - Em caso de extinção ou desqualificação da *Associação da Divina Misericórdia - Obras Irmã Benta* como Organização da Sociedade Civil, os recursos públicos que lhe foram repassados, mas que não tenham sido aplicados até a data da comunicação da extinção ou desqualificação, assim como os bens públicos que lhe foram entregues em regime de permissão de uso ou a qualquer outro título, serão integralmente revertidos em favor do Poder Público contratante ou em favor de pessoa jurídica de igual natureza e cujo objeto social seja o mesmo.

Art. 36º - Fica eleita a comarca da capital de Belém estado do Pará, para resolver ou dirimir quaisquer casos omissos no presente Estatuto.

Cartório
3º Ofício de Notas de Belém

Cartório
3º Ofício de Notas de Belém

Belém, 13 de maio de 2021.

RODRIGO PEREIRA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 744.067.792-72

RAISSA TEREZA CASSEB OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE
CPF: 516.752.182-34

FLÁVIO MARCONSINI DE SOUZA
SECRETÁRIO
CPF: 077.638.827-43

FREI EZEQUIEL FILHO IMAE
TESOUREIRO
CPF: 944.538.022-34

Cartório
3º Ofício de Notas de Belém

ALEXANDRE FONTES DE MELLO GONÇALVES
Advogado/OAB 19.538-PA
CPF: 909.275.832-91

Cartório
3º Ofício de Notas de Belém

1º RTDPJ
MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA
OFICIAL REGISTRADOR
BELEM - PARÁ

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Praça Felipe Patroni, s/n, SALAS 236/238 - Belém - Pará

Protocolado sob nº 00017210 Registrado sob nº 00017210. Belém-PA,
24/08/2021

() MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA - Oficial Registrador
KARINY SOUZA BORGES - Oficial Substituta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 560136
SÉRIE: A
SELADO EM: 24/08/2021
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
6310650000029357005217270

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 120,00	R\$ 18,00	R\$ 3,00

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL GERAL: 560137
SÉRIE: A
SELADO EM: 24/08/2021
CÓDIGO DE SEGURANÇA:
7310650000039357005217270

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
11	R\$ 285,10	R\$ 39,82	R\$ 6,60

O selo de fiscalização do presente instrumento pode ser conferido em
<https://consultas.tjpa.jus.br/consultaprocessual/pages/validaselo/index.jsp>

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA

Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0580665]-ALEXANDRE FONTES DE MELLO GONCALVES
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076035 - Serie: A - Cod. Segurança:

5306701000003962371314080



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA

Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0705968]-FLAVIO MARCONINI DE SOUZA
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076033 - Serie: A - Cod. Segurança:

33067010000082962371314080



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA

Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0310444]-RODRIGO PEREIRA PINHEIRO
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076031 - Serie: A - Cod. Segurança:

13067010000052962371314080



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA

Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0667576]-EZEQUIEL SEMIÃO DO ROSARIO FILHO
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076034 - Serie: A - Cod. Segurança:

43067010000092962371314080



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS - BELÉM/PA

Travessa Humaitá nº616 - Pedreira (91) 3233 2749 ☎ 99159 3233

Reconheço por SEMELHANÇA a (s) firma (s) de:

[0695882]-RAISSA TEREZA CASSEB OLIVEIRA
3º Cartório de Notas de Belém, 05/08/2021. Em
testemunho da Verdade.

AMDV - ARIELY MARTINS DO VALE - ESCRIVENTE
AUTORIZADA.

Emolumentos: R\$5,80 + Selo R\$0,45 = R\$6,25

Selo: 1076032 - Serie: A - Cod. Segurança:

23067010000082962371314080





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial **MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA**


Rua João Diogo nº 26, Cidade Velha, CEP: 66.015-160 - Belém - Pará

Fone: (91) 98993-8773 / 3115-4419

e-mail: cartoriochada@gmail.com

MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial do 1º Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil.

CERTIFICA, em virtude de atribuições que lhe confere a lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os livros deste 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dos mesmos verifiquei constar apresentado para Averbação em Pessoa Jurídica, em data de 24/08/2021, apontado sob o nº de ordem 00017210, Um Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICORDIA - OBRAS IRMÃ BENTA. Belém, 24 de agosto de 2021. E por ser verdade dou fé, na ausência ocasional do Oficial. Kariny Souza Borges.


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA

Rua José Dantas nº 25, Cidade Velha CEP: 66.015-100 - Belém - Pará

Fones: (91) 98893-8733 / 3115-4412

e-mail: ca.fone@trf1.jus.br

MARCELO ARTUR MIRANDA
CHADA, Oficial do 1º Ofício
de Registro de Títulos
e Documentos e Registro Civil das
Pessoas Jurídicas da Comarca de
Belém, Estado do Pará,
República Federativa do Brasil.

CERTIFICA, em virtude de atribuições que lhe confere
a lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo
os livros deste 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e
Registro Civil das Pessoas Jurídicas, dos mesmos verifiquei constar
apresentado para Averbação em Pessoa Jurídica, em data de
24/08/2021, apontado sob o nº de ordem 00017510, Um Estatuto
Social da ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA - OBRAS
IRMÃ BENTA, Belém, 24 de agosto de 2021. E por ser verdade dou

feita a ausência ocasional do Oficial

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ**

SELO DIGITAL DE CERTIDÃO: 301685

SÉRIE: A

SELADO EM: 24/08/2021

CÓDIGO DE SEGURANÇA:

58610300000069977090518070

AP

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRG
1	R\$ 44,40	R\$ 6,66	R\$ 1,11



CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PALÁCIO DA JUSTIÇA— FÓRUM

Praça Felipe Patroni
REGINA CÉLIA MARTINS NUNES

Oficial

WILMA BAHIA LOBATO

Sub-Oficial

Lena Vânia Martins Nunes

Escrevente Juramentada

Telefone: 3205-2843 / 3205-2116

Belém-Pará

REGINA CÉLIA MARTINS NUNES, oficial do Registro
Especial de Títulos e Documentos e outros papéis da
Comarca de Belém, Estado do Pará, República
Federativa do Brasil,
Etc.....



CERTIDÃO

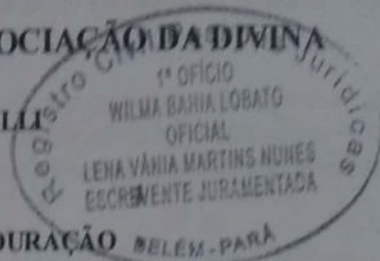
Certifico, em virtude de atribuições que lhe confere a Lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que do Livro A-126, de **Registro Civil de Pessoas Jurídicas** deste **Cartório**, consta sob o número de ordem **00012520**, o Registro do **ESTATUTO "ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA - OBRAS IRMÃ BENTA"**, com Sede nesta Cidade Belém, à **TRAVESSA DO VELEIRO Nº 356, ILHA DE OUTEIRO, CEP 66840-610**, feito o Registro em 06/02/2019, e apontado sob o número de ordem 00012520, do Protocolo Livro A-15. E, para constar onde convier, passo o presente que subscrevo e assino, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em 6 de fevereiro de 2019. *- É por ser Verdade dou Fé.*

Lena Vânia Martins Nunes

Lena Vânia Martins Nunes

CNPJ: 04.978.524/0001-02

3º ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA DIVINA MISERICÓRDIA
OBRAS IRMÃ BENTA FIDELINA CINELLI
CNPJ: 02.991.012-0001/50



CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação da Divina Misericórdia – OBRAS IRMÃ BENTA, fundada em 05 de fevereiro de 1999, com sede na travessa do Veleiro nº356, ilha de Outeiro, CEP 66840-610, Belém – PA, é uma associação, sem fins econômicos ou lucrativos, com duração indeterminada, com abrangência em todo o território nacional e foro da comarca de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º - A Associação da Divina Misericórdia tem por finalidade congregar, manter, promover, coordenar e desenvolver atividades beneficentes de assistência social, filantrópicas, educacionais, ambientais, culturais, terapêuticas, preventivas, ambulatoriais, clínica e hospitalares, mediante:

- - A criação e manutenção de estabelecimentos de ensino e de assistência social;
- - A promoção de atividades artísticas e culturais;
- - O desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão;
- - A instituição, criação e manutenção de fundos de bolsas de estudo;
- - A manutenção e desenvolvimento de atividades livrescas, editoriais e gráficas;
- - A promoção da inclusão social e digital de comunidades carentes;
- - O desenvolvimento de ações que visem à promoção da integração ao mercado de trabalho de jovens e pessoas carentes;
- - O desenvolvimento de atividades e ações de preservação e proteção do meio ambiente, da sua fauna e da sua flora, assim como do ecossistema;
- - O desenvolvimento de atividades junto à agricultura familiar e da agricultura ecológica;
- - A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico;
- - A criação e administração de estabelecimentos clínicos;
- - A criação e administração de estabelecimentos ambulatoriais;
- - A criação e administração de estabelecimentos hospitalares;
- - A promoção de iniciativas humanitárias a nível nacional e internacional;
- - A criação, administração e manutenção de abrigos e orfanatos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
- - A criação, administração e manutenção de casas de convivência da melhor idade;
- - A criação, administração e manutenção de casas de apoio a moradores de rua;
- - A criação, administração e manutenção de casas e centros de recuperação de dependentes químicos de álcool e drogas;
- - O desenvolvimento de atividades que visem o acesso dos direitos humanos tais como saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade em todas as suas fases, moradia digna, transporte coletivo digno entre outros, a famílias de baixa renda priorizando as remanescentes de áreas quilombolas e indígenas e áreas de ocupação e periféricas;
- - A criação de missões religiosas de cunho religioso, visando pregar o Santo evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo segundo os ensinamentos de nossa fundadora Irmã Benta Fedelina Cinelli;

Parágrafo único - As finalidades da Associação da Divina Misericórdia serão atingidas através de Núcleos administrativos (FILIAS) que se orientarão ética e espiritualmente nos ensinamentos e exemplos de nossa Irmã Benta Fedelina Cinelli, fundadora do Instituto Missionários Apóstolos do Evangelho, instituição mantenedora da Associação da Divina Misericórdia.

Art. 3º - A Associação da Divina Misericórdia na medida em que seus recursos permitirem propiciará atendimento gratuito, de acordo com as normas pertinentes, tanto na área do ensino e assistência a alunos carentes, como nas áreas de assistência social, clínicas, hospitalares e ambulatoriais a necessitados priorizando agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e remanescentes de áreas de ocupação, sem fazer quaisquer discriminações quanto à cor, raça, orientação sexual, etnia, nível social ou ainda opção religiosa.

Art. 4º - A Associação da Divina Misericórdia para alcançar suas finalidades poderá firmar contratos de prestação de serviços ou celebrar termos de parcerias e/ou convênios, comodatos e concessões com entidades públicas e privadas, congêneres ou governamentais, nacionais ou internacionais com vista ao desenvolvimento de seus fins sociais.

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - O quadro de associados da Associação da Divina Misericórdia é composto por unidades administrativas denominadas NUCLEOS.

Parágrafo único - Cada Núcleo associado será representada nas Assembleias por três (03) membros da administração dos núcleos, devendo a escolha recair sempre sob pessoas que contemplem os requisitos de que trata o Capítulo I, Art. 2º Parágrafo único e que preferencialmente tenham notório conhecimento em administração, gestão ou contabilidade.

Art. 6º - O encaminhamento para a admissão de um Núcleo como associado dar-se-á mediante requerimento dirigido ao Presidente, cabendo o seu deferimento, ou não a Diretoria da Associação, podendo, no entanto, a decisão ser reformulada por maioria simples dos representantes da assembleia, a pedido de quaisquer dos demais associados.

Parágrafo único - todos os associados têm direitos e deveres, não havendo direitos e obrigações recíprocos.

Art. 7º - São direitos dos Núcleos associados, exercidos através de seus representantes:

- Participar das Assembleias e nelas votar e serem votado;
- Exercer direitos e funções que lhes tenham sido legitimamente conferidos;
- Apresentar propostas e sugestões de interesse social;
- Convocar a Assembleia extraordinária, observando o quórum mínimo e os critérios previstos na seção I, Art. 12º § 2º;

Art. 8º - São deveres dos associados, exercidos através dos seus legítimos representantes conforme o disposto no capítulo II, Art. 5º Parágrafo único;

- Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- Atender as deliberações da Assembleia e da Diretoria;
- Colaborar para a realização dos fins sociais;
- Exercer os cargos para os quais foram designados e/ou eleitos;
- Zelar pelo patrimônio moral e material da entidade;
- Contribuir gratuitamente com seu trabalho e dedicação para a consecução das finalidades institucionais.

Art. 9º - O associado é excluído do quadro social a pedido do próprio associado, formulando em requerimento, deste que não haja nem um impedimento legal ou descumprimento de artigos deste estatuto.

§ 1º - Perderá a condição de associado a Associação da Divina Misericórdia todo aquele que deixar de confessar a fé a que se trata o Parágrafo único do Art. 2º, ou prejudicar o bom funcionamento da associação por atos ou omissões;

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, a exclusão se concretiza mediante a decisão da Diretoria, fundamentado em conclusão de sindicância e com garantia do direito de defesa ao associado;

§ 3º - Da decisão da Diretoria cabe recurso a Assembleia Provincial, cuja deliberação se dá em caráter definitivo.

Art. 10 - Os associados e seus representantes não fazem jus a qualquer participação do patrimônio da Associação.

Parágrafo único - os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos que após análise do Conselho Fiscal e parecer da Diretoria, submetendo a apreciação da Assembleia convocada para esse fim, os que forem tidos culpados de atos dolosos, corruptivos ou fraudulentos devem ser entregues as autoridades civis competentes.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA e administrada pelas seguintes estâncias, deliberativa, executiva e consultiva reciprocamente:

- - Assembleia Geral;
- - Diretoria;
- - Conselho fiscal;

Seção I Da Assembleia Geral

Art. 12º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação da Divina Misericórdia - OBRAS IRMÃ BENTA e é integrado pelos associados nos seus legítimos representantes.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á duas vezes por ano mediante convocação do presidente através de edital fixado no quadro de avisos da sede social e nos meios de comunicação em massa com antecedência mínima de vinte dias (20), incluindo a respectiva ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário;

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á, a quaisquer época, sempre que convocada pelo Presidente da Associação da Divina Misericórdia – OBRAS IRMÃ BENTA ou por um quinto dos associados regulares com sua obrigações junto a Associação da Divina Misericórdia, obedecendo a antecedência mínima de dez dias (10), devendo observar a publicação do edital no quadro de avisos da sede social e nos meios de comunicação em massa incluindo a ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário.

Art. 13º - A Assembleia Geral se instala e delibera validamente com a presença dos representantes da maioria absoluta de sua composição, decidindo pelo voto concorde da maioria dos presentes, exceto nos casos previstos nos Art. 27 e 29 deste estatuto, que exigem quórum qualificado;

§ 1º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente que terá direito ao seu próprio voto e o voto de desempate;

§ 2º - A Assembleia Geral Extraordinária será presidida pelo Presidente, ou, em caso de impedimentos ou vagância, a Assembleia Geral Extraordinária será presidida pelo sucessor direto na hierarquia da Associação da Divina Misericórdia conforme as disposições da Seção II, Art. 17, Parágrafo único.

Art. 14º - Compete a Assembleia Geral:

- - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as normativas, os decretos e as decisões da Diretoria;
- - Eleger e destituir os membros efetivos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- - Apreciar e aprovar os Relatórios da Diretoria e o Balanço Anual com os pareceres do Conselho Fiscal;
- - Aprovar as metas e os planos plurianuais de planejamento, apresentados pela Diretoria;
- - Eleger substitutos provisórios através de decretos a serem fixados no quadro de aviso e nos meios de comunicação em massa para quaisquer membros da Diretoria, do Conselho Fiscal assim como nomear a Comissão Eleitoral;
- - Decidir sobre a criação, extinção ou exclusão dos Núcleos;
- - Aprovar fundos, sua gestão e demais assuntos pertinentes aos programas de trabalho, por proposta da Diretoria;
- - Estabelecer diretrizes administrativas e aprovar o Regimento Interno da Associação da Divina Misericórdia, proposto pela Diretoria;
- - Deliberar sobre as proposições ou outras questões que lhe forem submetidas, inclusive casos omissos no presente estatuto;
- - Autorizar a alienação ou oneração do patrimônio;
- - Reformar este estatuto conforme disposto no Art. 27;
- - Decidir sobre a extinção da Associação da Divina Misericórdia, conforme o disposto no Art. 29;
- - Aprovar a proposta orçamentária anual, apresentada pela Diretoria;

Seção II Da Diretoria

Art. 15º - A Diretoria compõe-se do Presidente; do Vice-Presidente; do Tesoureiro, eleitos dentre pessoas de notórios conhecimentos em direito, administração, contabilidade ou gestão escolar ou empresarial, membros filiados a Comunidades integrantes dos núcleos, para um mandato de quatro anos (04), podendo serem reeleitos.

Parágrafo único - *As Deliberações da Diretoria dependem da presença da maioria dos integrantes e, em caso de empate nas votações, cabe ao Presidente, além do seu voto, o voto de desempate.*

Art. 16º - Compete a Diretoria:

- Zelar pelo cumprimento do Estatuto, bem como encaminhar execução das decisões da Assembleia Geral;
- - Definir as competências e atribuições dos núcleos associados e organizar e controlar os seus serviços;
- - Deliberar sobre quaisquer questões pertinentes a administração da Associação da Divina Misericórdia, observando as competências da Assembleia Geral, e as atribuições específicas dos núcleos e do Conselho Fiscal;
- - Apresentar à Assembleia Geral ordinária, até o dia 30 de maio de cada ano, a prestação de contas do exercício anterior, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;
- - Exigir dos núcleos até o dia 30 de outubro de cada ano a apresentação do orçamento para o ano seguinte;
- - Analisar os relatórios anuais dos núcleos;
- - Homologar os nomes dos diretores dos núcleos;
- - Aprovar parcerias, convênios e delegações de gestão da Associação por proposta do Presidente;
- - Aprovar o quadro de empregados e salários do pessoal da Associação, por proposta do Presidente;
- - Estabelecer, por proposta do presidente, o índice de repasse de valores de cada núcleos, para a manutenção da Administração da Associação, em especial quando às suas obrigações de natureza tributária trabalhista e previdenciária, bem como para a manutenção de sua estrutura administrativa;
- - Por proposta do Presidente;
 - a) Admitir ou criar novos núcleos;
 - b) Extinguir, transferir ou alienar núcleos;

- - Alienar bens móveis;
- - Alienar e onerar bens imóveis após a autorização da Assembleia Geral, na forma do art. 14, X;

Parágrafo Único – Para questões relativas ao Ensino Superior a Diretoria se fará assessorar por um Conselho cuja estrutura, composição e funcionamento serão regulamentados por regimento próprio.

Art. 17 – Competente ao Presidente.

- Convocar e presidir as reuniões, observado no §2º do Art. 13, bem como das assembleias gerais e reuniões da Diretoria;
- Representar a associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, inclusive perante instituições financeiras, bem como receber e dar quitações;
- Constituir procuradores com poderes gerais e especiais;
- Receber subvenções dos poderes públicos mediante o necessário documento de quitação

Parágrafo Único – Ao vice-presidente compete substituir o presidente em sua ausência ou impedimentos.

Dos núcleos

Art. 19 – Os núcleos da Associação, que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas da Receita Federal Brasileira, como filiais da Associação da Divina Misericórdia, terão sua administração definida pelo Regimento interno, aprovado pela Diretoria da Associação, por proposta do Presidente.

§ 1º - O regimento Interno a que se refere este artigo ainda estabeleceu as obrigações de cada núcleo em relação a políticas de planejamentos e gestão, à existência de um conselho de administração, estabelecendo-se sua subordinação a Assembleia Geral e Diretoria da Associação, permitida a administração delegada ou em parceria, com entidades locais

§ 2º - Os conselhos de administração dos estabelecimentos poderão recorrer à assembleia geral da Associação, propondo alterações nos regimentos internos aprovados pela Diretoria.

§ 3º - O Regimento Interno de cada Núcleo estabeleceram penalidades pela:

- Falta de apresentação dos documentos exigidos pela administração da Associação;
- Não cumprimento das obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e tributária;
- Descumprimento das diretrizes emitidas pela assembleia geral e pela Diretoria da Associação da Divina Misericórdia.

Art. 20 – Anualmente, os presidentes dos conselhos de administração dos núcleos realizarão reuniões, visando:

- Avaliar desempenho do exercício em curso e as expectativas para o exercício seguintes
- Tratar assuntos administrativos
- Estabelecer metas e objetivos imediatos, de médio e de longo prazo, de interesse de cada núcleo e do conjunto de ações e iniciativas sociais e humanitárias da Associação da Divina Misericórdia:

CAPITULO IV Da Fiscalização e Controle

Art. 22º - O conselho Fiscal e composto de 03 (três) membros, eleitos pela assembleia Provincial, para um mandato de quatro (04) anos, dentre pessoas de preferência com notórios conhecimentos em direitos, contabilidade ou administração.

§ 1º - Ao Conselho Fiscal compete:

- Apresentar a regularidade das movimentações financeiras, cumprimentos das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas e dos procedimentos administrativos da Associação como órgão central, bem como de seus núcleos;
- Emitir os competentes pareceres sobre a matéria apreciada e encaminhá-los à Diretoria para submetê-los à assembleia Geral;
- Requisitar a apresentação de todos os documentos da Associação da Divina Misericórdia, inclusive de seus núcleos, necessários ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º- Os pareceres do conselho Fiscal serão emitidos, baseado em relatórios de auditoria, realizada por empresa especializada, contratada pela administração, por indicação do próprio Conselho Fiscal

CAPITULO V Do Patrimônio

Art. 22º - O patrimônio da Associação da Divina Misericórdia se constitui de:

- Bens, moveis e imóveis, presentes e futuros:

- Doação, subvenções, auxílios dos poderes públicos, e de entidades Privadas, nacionais ou estrangeiras, e legados;
- Renda de seus bens.
- Renda de seus serviços ou atividades econômicas.

Parágrafo Único – O patrimônio da Associação da Divina Misericórdia responde pelas obrigações assumidas em seu nome pelos órgãos competentes.

Art. 23º - As receitas da Associação da Divina Misericórdia terão, dentre outras, as seguintes fontes:

- Doação de bens e renda diversas;
- Auxílios e subvenções provenientes de pessoas jurídicas públicas e privadas;
- Juros e outros rendimentos resultantes de aplicações diversas;
- Fundos e provisões especiais, se necessário;
- Rendas resultantes de prestação de serviços.

Art. 24º - Os bens e as rendas da Associação da Divina Misericórdia serão aplicados integralmente para a realização dos fins definidos nos presentes estatutos.

Parágrafo Único – A Associação da Divina Misericórdia não distribuirá lucro, bonificações, vantagens a dirigentes, associados sob nenhuma forma ou pretexto, destinado a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades.

Art. 25º - Os membros da assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal não receberam remuneração e não usufruem de vantagens e bonificações sob qualquer título pelo exercício de seus cargos.

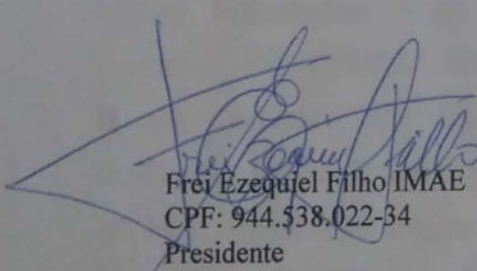
Art. 26º - Ficam convalidados os mandatos dos membros da Diretoria, eleitos no dia 23 de dezembro de 2019.

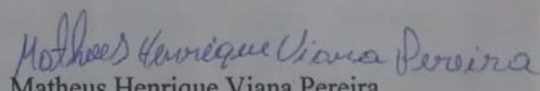
Art. 27º - O presente estatuto, aprovado pela assembleia Geral em 23 de Dezembro de 2019 substitui o Estatuto Social da Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, apresentado no dia 22 de janeiro de 2015 para registro e apontado sob o nº de ordem 00001775 de protocolo do livro A-09 nº 09 registrado sob o nº de ordem 00001775 do Livro B nº 51 de registro de títulos e documentos. Ato consolidado com selo de segurança do tipo geral nº 002928847. Belém do Pará 23 de janeiro de 2015

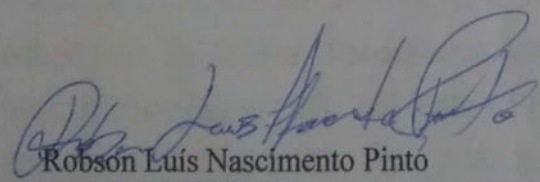
Art. 28º - Em caso de dissolução voluntária ou por força da assembleia geral, uma comissão formada por várias pessoas indicada em assembleia Geral de preferência com notórios conhecimentos contábeis e religiosos com todos os pré-requisitos e autonomias procederam com a liquidação dos bens materiais, servíveis e inservíveis assim como eventuais cotas sociais e dívidas ativas e passivas, destinando os saldos ao Instituto Missionários Apóstolos do Evangelho a qual procedera com as iniciativas sociais.

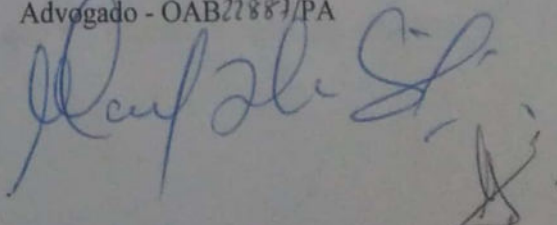
Art. 29º - Fica eleita a comarca da capital de Belém estado do Pará para resolver ou dirimir quaisquer casos omissos no presente estatuto.

Belém, 23 de dezembro de 2019


Frei Ezequiel Filho IMAE
CPF: 944.538.022-34
Presidente

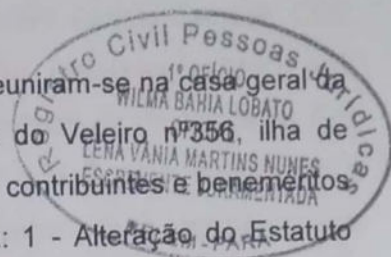

Matheus Henrique Viana Pereira
CPF: 035.176.742-81
Tesoureiro


Robson Luis Nascimento Pinto
CPF: 530.887.272-49
Secretario


Dr. Manoel Barbosa Silva
Advogado - OAB 228881/PA

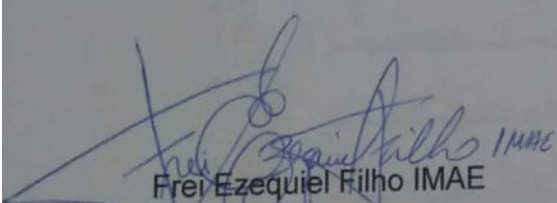
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, DO NOME E NATUREZA JURÍDICA, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO CIVIL INTEGRADA INSTITUTO PROVINCIAL CUSTODIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICÓRDIA PARA O QUATRIÊNIO 2019/2021.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniram-se na casa geral da custódia franciscana as 09Hs da manhã situada na travessa do Veleiro nº 356, ilha de Outeiro, CEP 66840-610, Belém – PA os Diretores e Associados contribuintes e beneméritos da Associação CDM para deliberar quanto as seguintes pautas: 1 - Alteração do Estatuto Social; 2 – Mudança do nome e natureza jurídica; 3 - Eleição e Posse da Diretoria da Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia | CDM para o quadriênio 2019/2021. Compareceram nesta Assembleia os seis Diretores e nove Associados contribuintes e beneméritos, presidiu essa reunião o Frei Ezequiel Filho IMAE que explanou quanto à importância das alterações necessárias ao bom funcionamento da associação, na oportunidade agradeceu a presença de todos, iniciando o Frei Ezequiel explicou que as duas primeiras pautas versavam quanto ao Estatuto atual e explanou o porquê as alterações se faziam importantes e após lidas e debatidas foram aprovados por unanimidade conforme proposta. O Frei Ezequiel IMAE passou para a terceira pauta frisando que o Estatuto foi alterado completamente inclusive a razão social e natureza jurídica que passaria a se chamar Associação da Divina Misericórdia – OBRAS IRMÃ BENTA e seu nome fantasia OBRAS IRMÃ BENTA FEDELINA CINELLI em homenagem a fundadora do Instituto Apóstolos do Evangelho, berço do Instituto Missionários Apóstolos do Evangelho – IMAE entidade mantenedora das Obras Irmã Benta assim o Frei Ezequiel Filho IMAE encerra e inicia o processo de Eleição por aclamação da nova Diretoria da Associação da Divina Misericórdia, após profundo debate quanto às novas funções a serem exercidas depois de registrada as alterações no Estatuto a composição da nova Diretoria ficou como se segue: **Presidente:** Ezequiel Semião do Rosário Filho, brasileiro, solteiro, religioso, professor, RG: 5780621, CPF: 944.538.022-34; End. Rua dos Caripunas Nº 1742, Bairro: Batista Campos, CEP 66033-442, Belém-Pa. **Vice-Presidente:** Diego Carvalho Leal, brasileiro, solteiro, Comerciante, RG: 4751536 PC - PA, CPF: 787.874.402-53, Av. Principal, Nº 95, Residencial Lagoa Azul, Bairro: Levilandia, CEP: 67015-710, Ananindeua-Pa. **Secretário:** Robson Luís Nascimento Pinto, brasileiro, solteiro, Aux. Administrativo; RG: 5340425; CPF: 530.887.272-49; End. Passagem Santa Lucia, nº 35, Bairro: Bengui, CEP: 66630-260, Belém/Pa; **Tesoureiro:** Matheus Henrique Viana Pereira, brasileiro, solteiro, fAux. Administrativo; RG: 7591848; CPF: 035.176.742-81; End. Rua Assis de Vasconcelos, Edf. Porto Cali, Nº 542, Apt. 802, Bairro: Campina, CEP: 66010-010, Belém/Pa. E a composição do Conselho Fiscal ficou como se segue: 1º titular: Roges de Queiroz



Alcântara, brasileiro, solteiro, tec. Informática, RG: 5782740; CPF: 944.110932-00; End. Rua Cel. Julvencio Sarmiento, Nº 572, Bairro: Cruzeiro, Icoaraci, CEP: 66810-080, Belém/PA; **2º titular:** Edvaldo Brito da Silva, brasileiro, solteiro, solteiro, RG: 581720027 SSP/SP, CPF: 965.010.905-63, Tv. Dos caripunas, n 1742, Bairro: Batista Campos, CEP: 66033-442, Belém-Pa. **3º titular:** David Pereira Silva da Silva, brasileiro, solteiro, Aux. Administrativo; RG: 7677362; CPF: 035.507.272-67; End. Rua Assis de Vasconcelos, Edf. Porto Cali, Nº 542, Apt. 802, Bairro: Campina, CEP: 66010-010, Belém/PA. Finalizando a reunião o Presidente reeleito agradeceu a confiança depositada e ressaltou que precisaremos trabalhar em dobro e com mais entusiasmo no intuito de torna a Associação uma referência na atenção à saúde e na assistência a crianças em situação de vulnerabilidade social, concluindo o Frei Ezequiel IMAE dirigiu uma prece e despediu todos os presentes. Eu, Frei Edvaldo Brito da Silva IMAE, brasileiro, solteiro, solteiro, RG: 581720027 SSP/SP, CPF: 965.010.905-63, Tv. Dos caripunas, n 1742, Bairro: Batista Campos, CEP: 66033-442, Belém-Pa. Secretariei, redigi e transcrevi esta Ata que assino e dou fé de seu conteúdo juntamente com o Presidente.

Belém – PA 19 de dezembro de 2018


Frei Ezequiel Filho IMAE
CPF: 944.538.022-34
Presidente

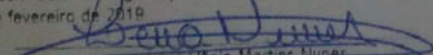
Frei EDVALDO BRITO DA SILVA IMAE
Frei Edvaldo Brito da Silva IMAE
CPF: 965.010.905-63
Secretario



Manoel Barbosa Silva
OAB/PA 22.887

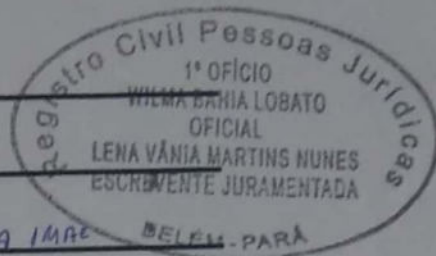
1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Apresentados no dia 08/02/2019 para Registro Integral e apontados sob nº de ordem 00012521 do Protocolo Livro A-15 nº 15 Registrados sob o nº de ordem 00012521 do livro B nº 126 de Registro de Títulos e Documentos. Atualizado com Selo de Segurança do tipo Geral nº 010699652 Belém do Pará em, 6 de fevereiro de 2019.


Wilma Bahia Lobato
Escritor Juramentada

RELAÇÃO DE PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRA-ORDINARIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, DO NOME E NATUREZA JURIDICA, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO CIVIL INTEGRADA INSTITUTO PROVINCIAL CUSTODIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICORDIA PARA O QUATRIENIO 2019/2021.

1. Antonio Lucas da Silva
2. Seo Hepp
3. Felipe EDUARDO BRITO DA SILVA IMAE
4. Paula Costa Reis
5. Antônio Henrique de Oliveira Pereira
6. Carla dos Anjos da Silva
7. Luiz Regis Filho IMAE
8. Jamerson Ferreira Barbosa
9. Marco Antônio S. Maciel
10. David Carlos da Silva
11. Geisa Vieira dos Santos
12. Robson Henrique Costa da Conceição
13. David Pereira Silva
14. Vinícios Brito da Silva
15. [Assinatura]
16. Reinaldo José S. Hepp





foi encontrado o seguinte:

no Registro nº 00001775 , Protocolo nº 00001775 , na data 26/01/2015

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA CUSTÓDIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICÓRDIA PARA ALTERAÇÃO DO NOME, REFORMA DO ESTATUTO, ELEIÇÃO POSSE DE NOVA DIREÇÃO.

Aos 03 (três) dias do mês de Dezembro (dia de São Francisco Xavier) do ano de Nosso Senhor de 2014 (dois mil e quatorze) na Sede Social Provisória Escola Instituição Religiosa Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, localizada na Travessa do Veleiro Nº 356, Ilha de Outeiro, CEP: 66840-610 Cidade de Belém, estado do Pará, reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária, com a Finalidade de alterar o nome, reformar o Estatuto, eleger nova diretoria e empurrar a mesma para novo mandato. Assim dando início a assembleia o Exmo. Sr. Presidente da Custódia Franciscana Rev. Frei Ezequiel Filho Pfsf. começou explanando acerca dos motivos que levaram a esta assembleia, o Rev. Frei listou os relevantes avanços sociais no ano de 2014, disse que hoje é preciso tomar outros ares e para isso faz necessário esta instituição adequar-se às exigências do código civil, visando unicamente melhorar os atendimentos oferecidos às comunidades e definir a luta em prol da educação e saúde de qualidade, assim como a moradia digna urbana e rural. Dando sequência o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Soares Ferreira, brasileiro, solteiro, Motorista, portador do RG: 2393951, CPF: 430.255.522-04, residente e domiciliado à Rua da Olaria, Qd. 21, nº 932B-fundos, bairro: Guamã CEP: 66079-230 Belém-Pa; para presidir a mesma, assim o então presidente convidou a Nádia Fonseca Dutra para secretariar a mesa, após a composição da mesa o Sr. Presidente iniciou a leitura do novo Estatuto alterado e em conformidade com o código civil vigente e às exigências dos órgãos competentes, que após lido e debatido foi ratificado integralmente. O Sr. Presidente explicou que para atender aos anseios coletivos, a instituição deixa de ser somente religiosa, para ser educacional, social, cultural, terapêutica, hospitalar, de luta pela moradia urbana e rural e reforma agrária, assumindo assim o caráter Provincial com finalidade organizacional, mudando-se o nome da instituição para Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia - CDM, dando continuidade o Sr. Presidente informou que o endereço social permanece o mesmo por motivo de força maior. Continuando com a pauta o Sr. Presidente ordenou que a Sra. secretária que iniciasse a inscrições das chapas para compor a nova diretoria com a finalidade de administrar o quadriênio 2014 - 2018, após inspirados os prazos determinados pelo Sr. Presidente de 30 minutos constatou-se chapa única para os cargos de Guardião Provincial, Formador Provincial, Economista Provincial, 1º e 2º Vigilante Provincial e Conselho Fiscal respectivamente o Sr. Ezequiel Semão do Rosario Filho, brasileiro, solteiro, religioso, RG: 5780621, CPF: 944.538.022-34, residente à Alan Kardec nº 513, Bairro: Pátio D'arco, CEP: 68798-000, no Município desta Barbara do PA; Jamerson Ferreira Barbosa, brasileiro, solteiro, gestor comercial, RG: 7532487, CPF: 026.858.372-21, residente à Antonio Lisboa da Silva nº 497, Bairro: Centro, CEP: 68798-000, no Município desta Barbara do PA; Celso Vieira dos Anjos, brasileiro, casado, cerigrafista, RG: 2050249, CPF: 367.162.512-00, residente à Rua Santa Odília nº 03, Bairro: Atalaia, CEP: 66645-500, nesta cidade de Belém do PA; Elias Machado da Silva, brasileiro, casado, mecânico, RG: 1318494, CPF: 174.361.332-68, residente à Rua WE48, CS 282, Bairro: Cidade Nova, CEP: 67133-310, na cidade de Ananindeua do PA; Francisco Albano de Oliveira Correa, brasileiro, casado, agricultor, RG: 1309593, CPF: 117.248.972-68, residente no assentamento Abril Vermelho, Polo 02, Lote 019, Cep: 68798-000, no Município desta Barbara do PA; Fernando Felipe Rodrigues da Silva, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, RG: 5465267, CPF: 021.714.362-80, residente à Trav. Antonio Baena Nº 548, Bairro: Pedreira, CEP: 66085-058, nesta cidade de Belém do PA; Maria Nadir Marques Lima, brasileira, viúva, costureira, RG: 5466464, CPF: 092.279.702-15, residente à QD 14, CS 05, Conj. Marituba I, CEP: 67105-630, na cidade de Marituba PA; Antônia Silva dos Santos, brasileira, solteira, dona de casa, portadora do RG: 2641501, CPF: 575.767.002-97, residente na estrada do Tucumã nº 25, CEP: 66840-530, Bairro: Fama, Ilha do Outeiro - Belém Pará. Após a eleição o Sr. Presidente da mesa e de mais autoridades presente realizaram a solenidade de posse da nova diretoria executiva e conselheiros, sem mais nada a ser tratado o Sr. Presidente da mesa agradeceu a todos os presentes e encerrou a assembleia rogando ao Pai Celestial e a Nossa Senhora Sabedoria Força e Paz. Eu Nádia Fonseca Dutra, brasileira, solteira, RG: 5525907, CPF: 782.475.192-91, residente à Ruda da Alegria Nº 56, Bairro: Água Cristalina - Distrito de Outeiro - Belém do Pará, secretária e esta assembleia. Escrevi e transcrevi esta ata a qual dou veracidade e fô perante as autoridades competentes a quem vier possa interessar.

Belém - PA três de Dezembro (São Francisco Xavier) do ano de Nosso Senhor de 2014.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00001775 Protocolo nº 00001775 data 26/01/2015 Continuação

MEMBROS DA MESA DIRETORA

Jose Luiz Soares Ferreira
JOSE LUIZ SOARES FERREIRA
CPF: 430.255.522-04
PRESIDENTE DA MESA

Nadia Dutra Fonseca
NADIA FONSECA DUTRA
CPF: 782.475.192-91
SEGRETARIA DA MESA

MEMBROS DA DIRETORIA PROVINCIAL CONSELHO ADMINISTRATIVO

Reginaldo Simão do Rosário Filho
REGINALDO SIMÃO DO ROSÁRIO FILHO
CPF: 044.538.022-34
GUARDIÃO PROVINCIAL

Jamerson Ferreira Barbosa
JAMERSON FERREIRA BARBOSA
CPF: 026.858.372-21
FORMADOR PROVINCIAL

Celso Vieira dos Anjos
CELSO VIEIRA DOS ANJOS
CPF: 367.162.512-00
ECONOMO PROVINCIAL

Elias Machado da Silva
ELIAS MACHADO DA SILVA
CPF: 174.361.332-68
1º FISCAL

Francisco Albano de Oliveira Correa
FRANCISCO ALBANO DE OLIVEIRA CORREA
CPF: 117.248.972-68
2º VIGILANTE

CONSELHO FISCAL
FERNANDO FELIPE R DA SILVA
FERNANDO FELIPE RODRIGUES DA SILVA
CPF: 021.714.362-80
1º FISCAL

Maria Nadin Marques Lima
MARIA NADIAR MARQUES LIMA
CPF: 092.279.702-15
2º FISCAL

Antonia Silva dos Santos
ANTONIA SILVA DOS SANTOS
CPF: 575.767.002-97
3º FISCAL



1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Protocolado em 26/01/2015 para Registro Integral e autuação sob nº 00001775 do Protocolo Livro A-08 e 133 Registrado sob nº 01 de 2015. 00001775 de 2015 nº 24 em Registro de Títulos e Documentos. Autuação em 26/01/2015 nº 00001775 de 2015 nº 24 em Registro de Títulos e Documentos. Autuação em 26/01/2015 nº 00001775 de 2015 nº 24 em Registro de Títulos e Documentos.

Wilma Bahia Lobato
Wilma Bahia Lobato
Oficial Titular

Wilma Bahia Lobato
Wilma Bahia Lobato
Oficial Titular

Kariny Souza Borge
KARINY SOUZA BORGES
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00001775 Protocolo nº 00001775 data 26/01/2015 Continuação

LISTA DE PRESENÇA NA TERCEIRA ASSEMBLEIA PROVINCIAL DA INSTITUIÇÃO
PROVINCIAL CUSTODIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICORDIA -
Realizada no dia 03 de Dezembro de 2012.

Nº	Nome Completo
01	João Batista Gonçalves Braga
02	Leônidas Reis Aguiar
03	Guilherme da Silva
04	Francisco de Assis do Carmo Filho PPF
05	João Luiz Soares Ferreira
06	Ramilda da S. Mascarenhas
07	João Batista da Silva
08	Roberto Dias Costa
09	Mathias Henrique Chaves Amira
10	Rubens A. Mascarenhas
11	Ramilda Mascarenhas Des. Santos
12	Wilmar Mascarenhas do Santos
13	João Batista da Silva
14	João Batista da Silva
15	Carlos Henrique da Silva
16	Adriane Lucina da S. Oliveira
17	Sulciana da Fonseca da Silva
18	Dinda Wilmar Mascarenhas Santos
19	Marcia Cristina Monteiro Serrão
20	João Mascarenhas da Silva
21	Orlando José da Silva Farias
22	Adriane da Silva Farias
23	Almida da Sousa Pereira
24	Luís D. F. F. F.
25	Francisco Alberto de Oliveira
26	Francisco de Assis da Silva
27	Francisco de Assis da Silva
28	Francisco de Assis da Silva
29	João Batista da Silva
30	Cláudia do Carmo Sales
31	João Batista da Silva
32	João Batista da Silva
33	

Registro de Títulos e Documentos
1º OFFÍCIO
WILMA BAIXA LOBATO
OFICIAL
LENA VÂNIA MARTINS NUNES
ESCREVENTE JURAMENTADA
BELÉM-PARÁBlair:
Jomerson Ferreira BarbosaKariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPE por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador.
Belém, 21 de março de 2023.

E por ser verdade dou fé, na ausência

Kariny Souza Borges



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00001775 Protocolo nº 00001775 data 26/01/2015 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955509 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 90555900000048117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:

Kariny Souza Borges
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ





foi encontrado o seguinte:
no Registro nº 00001776 , Protocolo nº 00001776 , na data 26/01/2015

**2ª REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CIVIL INTEGRADA
INSTITUTO PROVINCIAL CUSTODIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICÓRDIA**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO**

Art. 1º - A Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custodia Franciscana da Divina Misericórdia, fundada em 1999, é uma associação civil integrada de caráter provincial sendo assim religiosa, social e filantrópica sem fins econômicos ou lucrativos, com duração indeterminada, com abrangência em todo o território nacional e foro na comarca de Belém, Estado do Pará.

I. - A Custodia Franciscana da Divina Misericórdia é reconhecida como de Utilidade Pública para o Estado do Pará pela Lei Número 7.635 de 02 de Junho de 2012 e mantida pela Pia Fraternidade Regular de São Francisco de Assis - fsf e possui sua sede social na Travessa do Veleiro Nº 356, Ilha de Outeiro, CEP: 66840-610 Cidade de Belém, estado do Pará.

Art. 2º - A Custodia Franciscana da Divina Misericórdia tem por finalidade congregar, manter, promover, coordenar e desenvolver atividades beneficentes de assistência religiosa, social, filantrópicas, educacionais, ambientais, culturais, terapêuticas, preventivas, ambulatoriais, clínica e hospitalares, mediante:

- I.** - A criação e manutenção de estabelecimentos de ensino e de assistência social;
- II.** - A promoção de atividades artísticas e culturais;
- III.** - O desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão;
- IV.** - A instituição, criação e manutenção de fundos de bolsas de estudo;
- V.** - A manutenção e desenvolvimento de atividades literárias, editoriais e gráficas;
- VI.** - A promoção da inclusão social e digital de comunidades carentes;
- VII.** - O desenvolvimento de ações que visem à promoção da integração ao mercado de trabalho de jovens e pessoas carentes;
- VIII.** - O desenvolvimento de atividades e ações de preservação e proteção do meio ambiente, da sua fauna e da sua flora, assim como do ecossistema;
- IX.** - O desenvolvimento de atividades junto à agricultura familiar e da agro-ecologia;
- X.** - A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico;
- XI.** - A criação e administração de estabelecimentos clínicos;
- XII.** - A criação e administração de estabelecimentos ambulatoriais;
- XIII.** - A criação e administração de estabelecimentos hospitalares;
- XIV.** - A promoção de iniciativas humanitárias a nível nacional e internacional;
- XV.** - A criação, administração e manutenção de abrigos e orfanatos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
- XVI.** - A criação, administração e manutenção de casas da convivência da melhor idade;
- XVII.** - A criação, administração e manutenção de casas de apoio a moradores de rua;
- XVIII.** - A criação, administração e manutenção de casas e centros de recuperação de dependentes químicos de álcool e drogas;
- XIX.** - O desenvolvimento de atividades que visem o acesso dos direitos humanos tais como saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade em todas as suas fases, moradia digna, transporte coletivo digno entre outros, a famílias de baixa renda priorizando as remanescentes de áreas quilombolas e indígenas e áreas de ocupação e periféricas;
- XX.** - A criação de missões religiosas de cunho religioso, visando pregar o Santo evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo segundo os ensinamentos de nosso Pai Seráfico São Francisco de Assis;

Parágrafo único - As finalidades da Custodia Franciscana da Divina Misericórdia serão atingidas através de departamentos e estabelecimentos que se orientarão ética e espiritualmente nos ensinamentos e exemplos de nosso Pai Seráfico São Francisco de Assis patrono da Pia Fraternidade Regular de São Francisco de Assis - fsf, instituição mantenedora da Custodia Franciscana da Divina Misericórdia e pela doutrina cristã católica e reta de confissão Anglicana, pregada pela Igreja Anglicana Tradicional do Brasil - LATB.

Art. 3º - A Custodia Franciscana da Divina Misericórdia na medida em que seus recursos permitirem propiciará atendimento gratuito, de acordo com as normas pertinentes, tanto na área do ensino e assistência a alunos carentes, como nas áreas de assistência social, clínicas, hospitalares e ambulatoriais a necessitados priorizando agricultores familiares, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e remanescentes de áreas de ocupação, sem fazer quaisquer discriminações quanto à cor, raça, orientação sexual, etnia, nível social ou ainda opção religiosa.

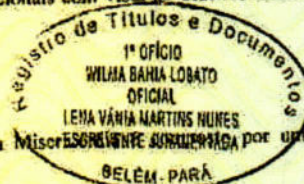
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação

Art. 4º - A Custódia Franciscana da Divina Misericórdia para alcançar suas finalidades poderá firmar contratos de prestação de serviços ou celebrar termos de parcerias e/ou convênios, comodatos e concessões com entidades públicas e privadas, congêneres ou governamentais, nacionais ou internacionais com vista ao desenvolvimento de seus fins sociais.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS



Art. 5º - O quadro de associados da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia será constituído por unidades administrativas regionais denominadas **PROVÍNCIAS**.

Parágrafo único - Cada Província associada será representada nas Assembleias Provinciais da por três (03) representantes eleitos em assembleia provincial regional para compor a Diretoria do Conselho Definidor Provincial de cada província seguindo as orientações do Art. 15 no tocante a disposição das funções observando a execução das funções de vigilantes e terão duração de três anos (03 anos) podendo ser reconduzidos, devendo a escolha recair sempre sob pessoas que contemplem os requisitos de que trata o Capítulo I, Art. 2º Parágrafo único e que preferencialmente tenham notórios conhecimentos em administração, gestão ou contabilidade.

Art. 6º - O encaminhamento para a admissão de uma Província como associada desta Custódia dar-se-á mediante requerimento dirigido ao Guardião Provincial, cabendo o seu deferimento, ou não a Diretoria Provincial da Custódia Franciscana, podendo, no entanto, a decisão ser reformulada por maioria simples dos representantes da Assembleia Provincial, a pedido de quaisquer dos demais associados.

Parágrafo único - todas os associados têm direitos e deveres, não havendo direitos e obrigações recíprocas.

Art. 7º - São direitos dos associados, exercidos através de seus representantes:

- I. Participar das Assembleias Provinciais e nelas votar e serem votado;
- II. Exercer direitos e funções que lhes tenham sido legitimamente conferidos;
- III. Apresentar propostas e sugestões de interesse social;
- IV. Convocar a Assembleia Provincial extraordinária, observando o quórum mínimo e os critérios previstos na seção I, Art. 12º § 2º;

Art. 8º - São deveres dos associados, exercidos através dos seus legítimos representantes conforme o disposto no capítulo II, Art. 5º Parágrafo único;

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Atender as deliberações da Assembleia Provincial e da Diretoria Provincial;
- III. Colaborar para a realização dos fins sociais;
- IV. Exercer os cargos para os quais foram designados e/ou eleitos;
- V. Zelar pelo patrimônio moral e material da entidade;
- VI. Contribuir gratuitamente com seu trabalho e dedicação para a consecução das finalidades institucionais.

Art. 9º - O associado é excluído do quadro social a pedido do próprio associado, formulando em requerimento, deste que não haja nem um impedimento legal ou descumprimento de artigos deste estatuto.

§ 1º - Perderá a condição de associado a Província da Divina Misericórdia todo aquele que deixar de confessar a fé a que se trata o Parágrafo único do Art. 2º, ou prejudicar o bom funcionamento da associação por atos ou omissões;

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, a exclusão se concretiza mediante a decisão da Diretoria Provincial, fundamentado em conclusão de sindicância e com garantia do direito de defesa ao associado;

§ 3º - Da decisão da Diretoria Provincial cabe recurso à Assembleia Provincial, cuja deliberação se dá em caráter definitivo.

Art. 10 - Os associados e seus representantes não fazem jus a quaisquer participação do patrimônio da Custódia Franciscana.

Parágrafo único - os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraladas pela Associação Civil Integral Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia - CDM, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos que após análise do Conselho Fiscal Provincial e parecer da Diretoria Provincial, submetendo a apreciação da Assembleia Provincial convocada para esse fim, os que forem tidos culpados de atos dolosos, corruptivos ou fraudulentos devem ser entregues as autoridades civis competentes.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação

Art. 11º - Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia - CDM e administrada pelas seguintes instâncias, deliberativa, executiva e consultiva reciprocamente:

- I. - Assembleia Provincial;
- II. - Diretoria Provincial;
- III. - Conselho Definido;
- IV. - Conselho Provincial;



Seção I Da Assembleia Provincial

Art. 12º - A Assembleia Provincial é o órgão soberano da Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia - CDM e é integrado pelos associados e seus legítimos representantes.

§ 1º - A Assembleia Provincial Ordinária reunir-se-á duas vezes por ano mediante convocação do presidente através de edital fixado no quadro de avisos da sede social e nos meios de comunicação em massa com antecedência mínima de vinte dias (20), incluindo a respectiva ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário;

§ 2º - A Assembleia Provincial Extraordinária reunir-se-á, a quaisquer épocas, sempre que convocada pelo Guardião Provincial da Associação Civil Integrada Instituto Provincial Custódia Franciscana da Divina Misericórdia - CDM ou por um quinto dos associados regulares com suas obrigações junto a Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, obedecendo a antecedência mínima de dez dias (10), devendo observar a publicação do edital no quadro de avisos da sede social e nos meios de comunicação em massa incluindo a ordem do dia, pauta da reunião e indicação do local e horário.

Art. 13º - A Assembleia Provincial se instala e delibera validamente com a presença dos representantes da maioria absoluta de sua composição, decidindo pelo voto concorde da maioria dos presentes, exceto nos casos previstos nos Arts. 27 e 29 deste estatuto, que exigem quórum qualificado;

§ 1º - A Assembleia Provincial será presidida pelo Guardião Provincial que somente terá direito ao voto de desempate;

§ 2º - A Assembleia Provincial Extraordinária será presidida pelo Guardião Provincial, ou, em caso de impedimentos ou ausência, a Assembleia Provincial Extraordinária será presidida pelo sucessor direto na hierarquia da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia conforme as disposições da Seção II, Art. 17, Parágrafo único.

Art. 14º - Compete a Assembleia Provincial:

- I. - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as normativas, os decretos e as decisões da Diretoria Provincial;
- II. - Eleger e destituir os membros efetivos da Diretoria Provincial, do Conselho Fiscal Provincial e do Conselho Definidor Provincial;
- III. - Apreciar e aprovar os Relatórios da Diretoria Provincial e o Balanço Anual com os pareceres do Conselho Fiscal Provincial;
- IV. - Aprovar as metas e os planos plurianuais de planejamento, apresentados pela Diretoria Provincial;
- V. - Eleger substitutos provisórios através de decretos a serem fixados no quadro de aviso e nos meios de comunicação em massa para quaisquer membros da Diretoria Provincial, do Conselho Fiscal Provincial e do Conselho Definidor Provincial assim como nomear a Comissão Eleitoral;
- VI. - Decidir sobre a criação, extinção ou exclusão de Departamentos e Estabelecimentos;
- VII. - Aprovar fundos, sua gestão e demais assuntos pertinentes aos programas de trabalho, por proposta da Diretoria Provincial;
- VIII. - Estabelecer diretrizes administrativas e aprovar o Regimento Interno da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, proposto pela Diretoria Provincial;
- IX. - Deliberar sobre as proposições ou outras questões que lhe forem submetidas, inclusive casos omissos no presente estatuto;
- X. - Autorizar a alienação ou oneração do patrimônio;
- XI. - Reformar este estatuto conforme disposto no Art. 27;
- XII. - Decidir sobre a extinção da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, conforme o disposto no Art. 29;
- XIII. - Aprovar a proposta orçamentária anual, apresentada pela Diretoria Provincial;

Seção II Da Diretoria Provincial

Art. 15º - A Diretoria Provincial compõe-se do Guardião Provincial; do Economo Provincial; do Formador Provincial e dos 1º e 2º Vigilantes Provinciais, eleitos dentre pessoas de notórios conhecimentos em direito, administração, contabilidade ou gestão escolar ou empresarial, membros filiados a Comunidades integrantes do Conselho Provincial, para um mandato de três anos (03), podendo serem reeleitos.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação

Parágrafo único - As Deliberações da Diretoria Provincial dependem da presença da maioria absoluta dos membros e, em caso de empate nas votações, cabe ao Guardião Provincial, além do seu voto, o voto de desempate.

Art. 16º - Compete a Diretoria Provincial:

- I. Zelar pelo cumprimento do Estatuto, bem como encaminhar execução Provincial;
- II. - Definir as competências e atribuições do Conselho Definidor e do Conselho Provincial e controlar os seus serviços;
- III. - Deliberar sobre quaisquer questões pertinentes a administração da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, observando as competências da Assembleia Provincial, e as atribuições específicas do Conselho Definidor, do Conselho Provincial e do Conselho Fiscal assim como dos Departamentos e Estabelecimentos;
- IV. - Apresentar à Assembleia Provincial ordinária, até o dia 30 de Maio de cada ano, a prestação de contas do exercício anterior, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;
- V. - Exigir dos Departamentos, Estabelecimentos e Administração Provincial até o dia 30 de Outubro de cada ano a apresentação do orçamento para o ano seguinte;
- VI. - Analisar os relatórios anuais dos Departamentos, Estabelecimentos e da Administração Provincial;
- VII. - Homologar os nomes dos diretores dos Departamentos e Estabelecimentos;
- VIII. - Aprovar parcerias, convênios e delegações de gestão da Custódia Franciscana por proposta do Guardião Provincial;
- IX. - Aprovar o quadro de empregados e salários do pessoal da Custódia Franciscana, por proposta do Guardião Provincial;
- X. - Estabelecer, por proposta do Guardião Provincial, o índice de repasse de valores de cada Departamento e Estabelecimento, para a manutenção da Administração Provincial da Custódia Franciscana, em especial quando às suas obrigações de natureza tributária trabalhista e previdenciária, bem como para a manutenção de sua estrutura administrativa;
- XI. - Por proposta do Guardião Provincial:
 - a) Admitir ou criar novos Departamentos e Estabelecimentos;
 - b) Extinguir Departamentos;
 - c) Extinguir, transferir ou alienar Estabelecimentos;
- XII. - Alienar bens móveis;
- XIII. - Alienar e onerar bens imóveis após a autorização da Assembleia Provincial, na forma do art. 14, X;

Parágrafo Único - Para questões relativas ao Ensino Superior a Diretoria se fará assessorar por um Conselho cuja estrutura, composição e funcionamento serão regulamentados por regimento próprio.

Art. 17 - Competente ao Guardião Provincial.

- I Convocar e presidir as reuniões, observado no §2º do Art. 13, bem como das assembleias provinciais e as reuniões da Diretoria provincial;
- II Representar a associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, inclusive perante instituição financeiras, bem como receber e dar quitações;
- III Constituir procuradores com poderes gerais e especiais;
- IV Receber subvenções dos poderes públicos mediante o necessário documento de quitação;

Parágrafo Único - Ao economo compete substituir o Guardião Provincial em sua ausência ou impedimentos.

Seção III Do Conselho Definidor

Art. 18 - A custódia franciscana da divina misericórdia terá um conselho Definidor formado por 3 (três) membros, cuja nomeação e demissão são de responsabilidade do Guardião Provincial, após autorização da Diretoria Provincial, competindo-lhes, além de outras disposições deste estatuto.

- I Administrar a custódia franciscana com eficiência, visando a realização de suas finalidades;
- II admitir e demitir empregos do conselho definidor da custódia franciscana, observando o disposto do inc. IX, DO Art. 16;
- III Após a consulta à administração de cada Departamento e Estabelecimento, propor à diretoria os textos dos respectivos regimentos internos;

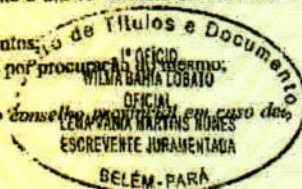
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTO
1º TDP



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação

- IV Elaborar a prestação de contas anual e apresentá-la a diretoria provincial até o dia 15 de maio de cada ano, acompanhada do parecer do conselho fiscal;
- V Acompanhar as reuniões administrativas dos estabelecimentos e departamentos;
- VI Exercer as competências do guardião provincial, que lhes forem outorgadas por procuração.

Parágrafo Único - compete ao administrador provincial, presidir as reuniões do conselho provincial, em caso de ausência do guardião provincial.



Seção IV Do Conselho Provincial

Art. 19 - Os estabelecimentos da Custódia Franciscana, que estejam inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas da Receita Federal Brasileira, como filiais da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, terão sua administração definida pelo Regimento Interno, aprovado pela Diretoria Provincial da Custódia Franciscana, por proposta do guardião Provincial.

§ 1º - O regimento interno a que se refere este artigo ainda estabelecerá as obrigações de cada Estabelecimento em relação a políticas de planejamentos e gestão, à existência de um conselho de administração, estabelecendo-se sua subordinação ao conselho Definidor, permitida a administração delegada ou em parceria, com entidades locais.

§ 2º - Os conselhos de administração dos estabelecimentos poderão recorrer à assembleia provincial, Custódia Franciscana, propondo alterações nos regimentos internos aprovados pela Diretoria Provincial.

§ 3º - O Regimento Interno de cada Estabelecimento e Departamento estabeleceram penalidades pela:

- Falta de apresentação dos documentos exigidos pela administração Provincial;
- Não cumprimento das obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e tributária;
- Descumprimento das diretrizes emitidas pela Assembleia provincial e pela Diretoria Provincial da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia.

Art. 20 - Anualmente, os presidentes dos conselhos de administração dos Estabelecimentos e dos Departamentos realizarão reuniões, visando:

- Avaliar desempenho do exercício em curso e as expectativas para o exercício seguintes;
- Tratar assuntos administrativos;
- Estabelecer metas e objetivos imediatos, de médio e de longo prazo, de interesse de cada Departamento e Estabelecimentos e do conjunto de ações e iniciativas sociais e humanitárias da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia;
- Sugerir alterações na sistemática de administração da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia e no seu Estatuto.

CAPÍTULO IV Da Fiscalização e Controle

Art. 22º - O conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros, eleitos pela Assembleia Provincial juntamente com dois suplentes, para um mandato de 03 (três) anos, dentre pessoas de preferência com notórios conhecimentos em direitos, contabilidade ou administração.

§ 1º - Ao Conselho Fiscal compete:

- Apresentar a regularidade das movimentações financeiras, cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas e dos procedimentos administrativos da custódia franciscana como órgão central, bem como de seus Departamentos e Estabelecimentos;
- Emittir os competentes pareceres sobre a matéria apreciada e encaminhá-los à Diretoria para submetê-los à Assembleia Provincial;
- Requisitar a apresentação de todos os documentos da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, inclusive de seus Departamentos e Estabelecimentos, necessários ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - Os pareceres do conselho Fiscal serão emitidos, baseado em relatórios de auditoria, realizada por empresa especializada, contratada pela administração provincial, por indicação do próprio Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V Do Patrimônio

Art. 22º - O patrimônio da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia se constitui de:

- Bens, móveis e imóveis, presentes e futuros;
- Doação, subvenções, auxílios dos poderes públicos, e de entidades Privadas, nacionais ou estrangeiras, e legados;

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1ª RTDPJ



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação

- III Renda de seus bens.
IV Renda de seus serviços ou atividades econômicas.

Parágrafo Único - O patrimônio da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia responde pelas obrigações assumidas em seu nome pelas órgãos competentes.

- Art. 23º** - As receitas da Custódia franciscana da Divina Misericórdia terão, dentre outras, as seguintes aplicações:
- I Doação de bens e renda diversas;
 - II Auxílios e subvenções provenientes de pessoas jurídicas públicas e privadas;
 - III Juros e outros rendimentos resultantes de aplicações diversas;
 - IV Fundos e provisões especiais, se necessário;
 - V Rendimentos de prestação de serviços.

Art. 24º - Os bens e as rendas da Custódia franciscana da Divina Misericórdia serão aplicados integralmente para a realização dos fins definidos nos presentes estatutos.

Parágrafo Único - A Custódia Franciscana da Divina Misericórdia não distribuirá lucros, bonificações, vantagens a dirigentes, associados sob nenhuma forma ou pretexto, destinado a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades.

Art. 25º - Os membros da assembleia Provincial, da Diretoria Provincial e do Conselho Fiscal não receberão remuneração e não usufruem de vantagens e bonificações sob qualquer título pelo exercício de seus cargos.


Art. 26º - Ficam convalidados os mandatos dos membros da Diretoria Provincial, eleitos no dia 03 de janeiro (Festa do santíssimo nome de Jesus) do ano de Nosso Senhor de 2013.

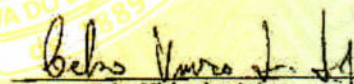
Art. 27º - O presente estatuto, aprovado pela assembleia Provincial em 03 de Dezembro (São Francisco Xavier) do ano de Nosso Senhor de 2012 substitui o Estatuto da Instituição Religiosa custódia franciscana da Divina Misericórdia, apresentado no dia 23 para registro e apontado sob o nº de ordem 305268 de protocolo do livro A nº 01 registrado sob o nº de ordem 11.785 do Livro A nº 05 de registro civil das pessoas jurídicas de Belém do Pará em 23 de setembro do Tempo Comum cristão do ano de nosso Senhor de 2011.

Art. 28º - Em caso de dissolução voluntária ou por força da Assembleia geral, uma comissão formada por varias pessoas indicada em assembleia Provincial de preferência com notórias conhecimentos contábeis e religiosos que todos os pré-requisitos e autonomias procederem com a liquidação dos bens materiais, servíveis e inservíveis assim como eventuais cotas sociais e dividas ativas e passivas, destinando os saldos a sociedade Franciscana dos Adoradores da Divina Misericórdia de Nosso Senhor Jesus Cristo instituição mantida pela Pia Fraternidade Regular de São Francisco e de comunhão Anglicana a qual procedora com as iniciativas sociais.


Art. 29º - Fica eleito a comarca da capital de Belém estado do Pará para resolver ou dirimir quaisquer casos omissos no presente estatuto.

Belém, 03 de dezembro dia de São Francisco Xavier do ano de Nosso Senhor de 2014


Frei Enéas Filho Pfls
CPF: 944.538.022-34
Guardião Provincial


Celso Vieira dos Anjos
CPF: 367.162.512-00
Economo Provincial


Jamerson Ferreira Barbosa
CPF: 026.858.372-21
Formador Provincial


Dr. Bruno Lopes de Carvalho
CPF: 844.347.322-34
Advogado/OAB-15586


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUA
1. RTDPJ



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação



1º Oficial do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Presentes ao dia 26/01/2015 para Registro Integral e apostiladas sob o nº 1 ordem: 00001776 do Protocolo Livro A-96 e 08 Registrados sob o nº de Vem: 00001776 do Livro B nº 51 de Registro de Títulos e Documentos Apostilado com Selo de Segurança do tipo Geral nº 002070048, Belém do Pará n. 26 de Janeiro de 2015.

Wilmá Bahia Lobato
Wilmá Bahia Lobato
Oficial Tabelar

Wilmá Bahia Lobato
OFICIAL



Kariny Souza Borges
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação



CARTÓRIO DO REGISTRO ESPECIAL
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PALÁCIO DA JUSTIÇA - FÓRUM
Praça Felipe Patroni
REGINA CÉLIA MARTINS NUNES
Oficial
WILMA BAHIA LOBATO
Sub-Oficial
Lena Vânia Martins Nunes
Escrevente Juramentada

Telefone: 3205-2843 / 3086-2980
Belém-Pará

REGINA CÉLIA MARTINS NUNES, oficial do Registro Especial de
Títulos e Documentos e outros papéis da Comarca de
Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil,
Etc.



CERTIDÃO

Certifico, em virtude de atribuições que lhe confere a Lei, e a requerimento verbal de pessoa interessada, que do Livro A-51, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas deste Cartório, consta sob o número de ordem 00001776, o Registro do ESTATUTO de "ASSOCIAÇÃO CIVIL INTEGRADA INSTITUTO PROVINCIAL CUSTODIA FRANCISCANA DA DIVINA MISERICORDIA-CDM", com Sede nesta Cidade Belém, à Travessa do Veleiro, nº356, Ilha de Outeiro, feito o Registro em 26/01/2015, e apontado sob o número da ordem 00001776, do Protocolo Livro A-09. E, para constar onde convier, passo o presente que subscrevo e assino, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em 27 de janeiro de 2015. *E por ser verdade dou fé.*

Wilma Bahia Lobato

WILMA BAHIA LOBATO
CNPJ: 04.978.524/0001-02

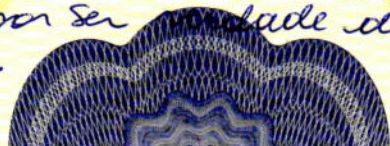
Wilma Bahia Lobato
OFICIAL

Kariny Souza Borges
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP I

E por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador. Belém, 21 de março de 2023. *E por ser verdade dou fé, na ausência*

canônico do Oficial.

Kariny Souza Borges.



CONSULTE ATRÁVÉS DO SITE: WWW.PAPELDESEGURANCA.COM.BR

SÉRIE FA 2604577



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00001776 Protocolo nº 00001776 data 26/01/2015 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955510 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 01555900000058117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTO
1º RTD





foi encontrado o seguinte: no Registro nº 00011784 , Protocolo nº 00305267 , na data 23/11/2011

23 Setembro 2011

305267
11.784

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL, COM ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO, NATUREZA JURÍDICA E RAZÃO SOCIAL DO CENTRO COMUNITÁRIO NOVA UNIÃO, FUNDADA EM 05/02/1999. E ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.

Aos treze dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze, na , atual sede social, foi realizada reunião de Assembléia Geral Extraordinária com a finalidade de reforma o Estatuto Social, com alteração do Endereço, Natureza Jurídica e Razão Social do Centro Comunitário Nova União. Para transformando-se em Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, eleger e empossar o Conselho Executivo e Conselho Fiscal. Foi convidado para compor a mesa diretora os senhores: **Edmar Martins Corrêa de Souza**, brasileiro, solteiro, professor, RG 2736648, e CPF 330.650.472-68, residente e domiciliado a rua São Sebastião nº140, Terra Firme, CEP 66670-000 Belém Pará, que presidiu a mesma, para secretário o Senhor **Alan Gonçalves Sinimbu** brasileiro, solteiro, estudante, RG 4477377, CPF 731.127.042-15, residente à Rua São Silvestre nº455, Jurunas, CEP 66033-035 Belém Pará e para orador o senhor **João Gualberto Galvão de Moura**, brasileiro, solteiro, estudante, RG 5340804, CPF 012.779.532-44, residente a rua São João nº13, Terra Firme, CEP 66670-040 Belém Pará; Em seguida o Presidente da mesa solicitou ao secretário o primeiro ponto da pauta: A reforma do estatuto: Assembléia Geral apresentou o estatuto já com as devidas reformas e elaborado conforme modelo vigente. Concluída a leitura, foi o referido estatuto colocado em discussão e posteriormente submetido à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade passando a vigorar, na sua integridade, com a nova redação conforme anexo, que integra a presente ata e passa a reger esta instituição que passa à ser uma instituição religiosa católica. Denominada: "Custodia Franciscana da Divina Misericórdia", tendo como sigla - **C.D.M.** E endereço: Travessa do Veleiro, nº 356, bairro, São João do Outeiro (Outeiro), CEP: 66840-610 Belém Pará, Em seguida o Presidente solicitou ao secretário o segundo ponto da pauta: Eleição e posse do Conselho Executivo e Conselho Fiscal, o **PRESIDENTE** pediu ao secretário que comesçassem as inscrições das chapas concorrentes ao Conselho Executivo e ao Conselho Fiscal da então Custodia Franciscana da Divina Misericórdia após a votação foi eleita a chapa composta dos seguintes colaboradores que assumiram respectivamente os seguintes cargos: Guardião, Secretário e Tesoureiro, sendo que para o cargo de Guardião foi eleito o Senhor **Ezequiel Semião do Rosário Filho**, brasileiro, solteiro religioso, nascido em 09/12/1989, RG nº 5780621 e CPF nº 944.538.022-34, residente e domiciliado a Passagem Virgílio de Mendonça nº08, Guamá, CEP 66073395, nesta cidade de Belém Pará, para Secretário o Senhor **Carlos André da Silva**, brasileiro, solteiro, vigilante, RG 3204400, CPF 760.012.102-68, residente e domiciliado à Passagem Rui Barbosa nº74, Guamá, CEP 66075-737, nesta cidade de Belém Pará, para o cargo de Tesoureiro foi eleito o Senhor **Elias Machado da Silva**, brasileiro, casado, mecânico, RG 1318494, CPF 174.361.332-68, residente e domiciliado à Rua WE48, cs 282, CEP 67333-310, Cidade Nova, Ananindeua Pará; Conselho Fiscal Efetivo: **Celso Vieira dos Anjos**, brasileiro, casado, serigrafista, RG 2050249, CPF 367.162.512-00, residente à Rua Santa Odília nº03, Atalaia, CEP 67010-440, Ananindeua, Pará; **Hélio Austrogildo Lima Silva**, brasileiro, casado, contador, RG 1350714,

CA

AD

CP

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTO
1º RTD

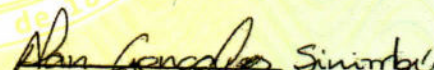


Registro nº 00011784 Protocolo nº 00305267 data 23/11/2011 Continuação


CPF 260.609.142-68, residente à Travessa Djalma Dutra nº800, Telégrafo sem Fio, CEP: 66113-010, Belém, Pará; **Rolandro Diogo Pontes**, brasileiro, divorciado, empresário, RG 2438298 SSP/PA, CPF: 677.026.272-04, residente à Rua Nova II nº151, Jurunas, CEP 66033-580, Belém, Pará; Conselho Fiscal Suplente: **Fernando Marcos Nascimento Santos**, brasileiro, solteiro, Web Design, RG 3070802, CPF 636.470.282-15, residente e domiciliado a Passagem Virgílio, nº850, Utinga, CEP 66010-150, Belém, Pará; **Eduardo Jorge Chaves**, brasileiro, solteiro, funcionário público, RG 1379806, CPF 252.092.482-91, residente e domiciliado à rua S2 293 A, CEP 66814-040, COHAB, Icoaraci, Belém, Pará; **Lena Vânia de Andrade Oliveira**, brasileira, desquitada judicialmente, servidora pública, RG 1993059, CPF 181.197.192-04, residente e domiciliada à Avenida 25 de setembro, nº 1788 Apt. 02, Marco, CEP 66093-674, Belém, Pará; Em seguida, o PRESIDENTE proclamou todos acima elencados eleitos e empossados nos seus cargos e convidou o Guardião do Conselho executivo, para assumir a direção dos trabalhos, o Guardião eleito agradeceu a colaboração do seu antecessor nesta tarefa e perguntou aos colaboradores se avia algo que eles gostariam de comentar ou reivindicar, não havendo nem um comentário ou reverndicação o senhor secretario encerrou a assembléia geral agradecendo a presença de todos, e nada mais havendo para ser tratado eu **Alan Gonçalves Sinimbu** escrevi, transcrevi e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do Presidente dos trabalhos, Diretores eleitos e por todos os demais presentes. Que são os seguintes senhores: **Maria Nadir Marques Lima**, brasileira, viúva, costureira, RG 5466464, CPF 092.279.702-15, residente e domiciliada à QD 14, CS 05, Conjunto Nova Marituba I, CEP 67105-630, Marituba, Pará; **Jose Luiz Soares Ferreira**, brasileiro, solteiro, motorista, RG 2393251, CPF 430.255.522-04, residente e domiciliado à Rua da Olaria, QD 21, nº932B - fundos, CEP 66079-230, Guamá, Belém, Pará; **José Maria Oliveira da Silva**, brasileiro, solteiro, técnico administrativo, RG 2497871, CPF 169.585.002-53, residente e domiciliado a Rua Alferes Costa, nº 1944, Pedreira, Belém, Pará.

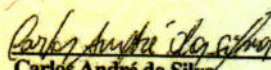
Belém, Pará 13 de Maio de 2011.



Ezequiel Semião do Rosário Filho
Presidente


Alan Gonçalves Sinimbu
Secretário

Conselho Executivo


Ezequiel Semião do Rosário Filho
RG nº 5780621
CPF nº 944.538.022-34
Presidente


Carlos André da Silva
RG 3204400
CPF 760.012.102-68
Secretário


Ariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00011784 Protocolo nº 00305267 data 23/11/2011 Continuação

Elias Machado da Silva

Elias Machado da Silva
RG 1318494
CPF 174.361.332-68
Tesoureiro

Conselho Fiscal Efetivo

Celso Vieira dos Anjos
Celso Vieira dos Anjos
RG 2050249
CPF 367.162.512-00

Hélio Austrogildo Lima Silva
Hélio Austrogildo Lima Silva
RG 1350714
CPF 260.609.142-68

Rolando Diogo Pontes
Rolando Diogo Pontes
RG 2438298 SSP/PA
CPF: 677.026.272-04

Conselho Fiscal Suplente

Fernando Marcos Nascimento Santos
Fernando Marcos Nascimento Santos
RG 3070802
CPF 636.470.282-15

Eduardo Jorge Chaves
Eduardo Jorge Chaves
RG 1379806
CPF 252.092.482-91

Lena Vânia de Andrade Oliveira
Lena Vânia de Andrade Oliveira
RG 1993059
CPF 181.197.192-04

Lista dos Presentes

Maria Nadir Marques Lima
Maria Nadir Marques Lima
RG 5466464
CPF 092.279.702-15

Luiz Soares Ferreira
Luiz Soares Ferreira
RG 2393251
CPF 430.255.522-04

José Maria Oliveira da Silva
José Maria Oliveira da Silva
RG 2497871
CPF 169.585.002-53

Kariny Souza Borges
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
12.8.10.11

E por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador.
Belém, 21 de março de 2023.

Carionial do Oficial.

Kariny Souza Borges.



Registro nº 00011784 Protocolo nº 00305267 data 23/11/2011 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955507 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023

CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 70555900000038117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:



Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



no Registro nº 00011785 , Protocolo nº 00305268 , na data 23/11/2011
foi encontrado o seguinte:

23 SETEMBRO 2011

305268
11.785

**REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DO CENTRO COMUNITÁRIO NOVA
UNIÃO TRANSFORMANDO-SE EM INSTITUIÇÃO RELIGIOSA CUSTÓDIA
FRANCISCANA DA DIVINA MISERICÓRDIA - C.D.M.**

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Fórum, Limites, Duração e Fins.

Artigo 1º - O Centro Comunitário Nova União, fundada em 05/02/1999. Aos treze dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze Transforma-se em: Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, sendo uma instituição, democrática, pluralista, autônoma e católica cristã tendo como seu patrono o pai seráfico São Francisco de Assis, sem vinculação com partidos políticos, órgãos governamentais e quaisquer outras denominações.

Artigo 2º - Com Sede na Travessa do Veleiro, nº 356, bairro, São João do Outeiro (Outeiro), CEP: 66840-610 Belém Pará e Foro, na Comarca de Belém, PA, tendo como área de abrangência todo o território nacional.

Artigo 3º - A custódia é constituída em conformidade com as leis brasileiras, sem fins econômicos, fundada por tempo indeterminado e acatará as orientações e resoluções do Capítulo Provincial a que está submetida.

Artigo 4º - A custódia tem por Finalidade:

§ 1º - Promover a proclamação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo o ideal de São Francisco de Assis.

§ 2º - Promover a união e a vida fraterna dos frades e o sustento dos mesmos.

§ 3º - Coordenar a ação pastoral dos frades, alcançando as atividades de natureza religiosa, educacional cultural, de Filantropia e de assistência social, dando assim assistência efetiva de promoção humana aos mais necessitados.

§ 4º - Promover reuniões sociais com fins beneficentes, culturais e cívicos.

§ 5º - Colaborar com as obras de assistência preventiva, terapêuticas e educacionais.

§ 6º - Promover atividades de cunho ecumênico, orando e trabalhando pela unidade dos cristãos.

§ 7º - Manter e zelar pelo seu patrimônio.

Artigo 5º - No desenvolvimento de suas atividades de cunho assistencial, educacional, terapêutico, cultural, filantrópicos e cívicos, a Custódia não fará distinção alguma, quanto à etnia, condição social ou credo político e religioso, ou condição Orientação sexual, das pessoas assistidas socialmente pela mesma.

CAPÍTULO II

Dos Colaboradores, sua Admissão como membros Postulante, Noviciado, Profissão Religiosa, Direitos e Deveres e Exclusão da Custódia:

Artigo 6º - A Custódia Franciscana da Divina Misericórdia compor-se-á de ilimitado número de colaboradores, pessoas físicas, maiores de idade, solteiros ou viúvos sem prole ou dependentes de qualquer espécie, que aceitem voluntariamente viverem em fraternidade conforme a regra de vida de São Francisco de Assis, a ela se associem com aceitação das obrigações decorrentes desse ato.

Parágrafo único: Existe uma igualdade fundamental entre todos os membros professos da Custódia: Presbíteros, Diáconos e leigos em comunhão fraterna, em busca da realização de uma mesma vocação se dedicando a viver em fraternidade o ideal Franciscano.

Artigo 7º - Dividem-se os colaboradores nas seguintes categorias:

a) **Fundadores:** são aqueles que assinarem a ata de transformação, dando o apoio necessário à fundação da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, bem como os que fizerem parte da sua primeira Diretoria.

b) **Contribuintes:** são os colaboradores que contribuem monetariamente de forma voluntária com a Custódia Franciscana da Divina Misericórdia.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
10.07.2011



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação

c) Efetivos: são os colaboradores que já tendo concluído um dos cursos do encinamento de nosso senhor Jesus Cristo e, sendo contribuintes há mais de dois anos e emprestando sua colaboração a Custódia Franciscana da Divina Misericórdia em caráter gratuito, sejam indicados para esta categoria por outro colaborador efetivo e aceitos pela Diretoria.

p§ 1º - A qualidade de fundador ou efetivo não isenta o colaborador da contribuição monetária que é feita de forma voluntária.

§ 2º. Mediante deliberação da Diretoria, poderá ser admitido desde logo na categoria de efetivo todo aquele que, ao solicitar sua inclusão como contribuinte, já venha prestando colaboração gratuita ou relevantes serviços a Custódia Franciscana da Divina Misericórdia ou a fé Católica.

§ 3º - A qualidade de colaborador é intransferível e, seja qual for a sua categoria, não será titular de nenhuma quota ou fração ideal do patrimônio da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia.

§ 4º - Os colaboradores não serão reembolsados das contribuições que realizarão por ocasião da fundação da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia ou que venham a realizar posteriormente em favor da mesma.

Artigo 8º - Se um dos colaboradores que corresponda às condições do Artigo 1º, deste estatuto, bem como Regimento. Manifestar seriamente o desejo de partilhar nossa vida e vocação franciscana, o Guardião da Custódia examinará o caso pessoalmente, e procedendo de acordo com os regulamentos do Regimento Geral, poderá admitir o candidato ao postulante. Agindo, sempre em comum acordo com o Ministro Provincial da Província a qual está submetido o que nos torna quais partes integrantes.

§ 1º - A duração do Postulante é determinada pelo Regimento Geral.

§ 2º - Assim que o candidato for admitido ao postulante, o mesmo firmará compromisso de não reivindicação posterior de remuneração, pensão, ou qualquer auxílio. O compromisso deverá ser válido, tanto para o período de postulante, noviciado, profissão religiosa e terá validade permanente, em caso de desligamento, não cabe, portanto, sob nenhum pretexto ou alegação, quaisquer direitos com relação ao patrimônio da Custódia.

§ 3º - Se a experiência do postulante for positiva, o Guardião da Custódia, com voto deliberativo da maioria dos membros professores reunidos em Assembleia Geral, e com consentimento do Ministro Provincial, permitirá ao candidato iniciar o noviciado. A duração do noviciado, bem como todo o processo de formação, é determinada pelo Regimento Interno.

§ 4º - Ao concluir o tempo canônico do noviciado, previsto no Regimento Interno, e tendo sido positivo a experiência do noviciado, o Guardião da Custódia com voto da maioria dos membros professores reunidos em Assembleia Geral da Custódia e, ouvindo o Ministro Provincial admite o candidato à profissão temporária.

§ 5º - Para a admissão da profissão religiosa perpétua, é exigido o cumprimento de todas as formalidades previstas no Regimento Geral.

Parágrafo Único: Quando o candidato for admitido ao postulante, será entregue a ele uma cópia deste estatuto, e do Regimento Geral.

Artigo 9º - São direitos dos colaboradores:

- a) Participar das assembleias gerais e reuniões com direito a voz.
- b) sugerir à Diretoria, por escrito, medidas ou providências que contribuam para o aperfeiçoamento operacional da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, bem como denunciar qualquer irregularidade ou resolução que fira as suas normas, estatutárias ou regimentais.

Artigo 10º - São deveres de todos os colaboradores:

- a) estudar a regra de vida de São Francisco de Assis e os demais ensinamentos que compoem a fé Católica, pautando seus atos dentro dos preceitos da moral cristã;
- b) aceitar os encargos que lhes forem atribuídos, acatando as decisões dos órgãos dirigentes.
- c) contribuir de forma voluntária para a manutenção e desenvolvimento da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia.
- d) cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

Artigo 11º - O colaborador será excluído do quadro social quando:

- a) deliberadamente solicitar sua exclusão.
- b) praticar qualquer ato contrário a este estatuto ou que seja moral ou materialmente lesivos a Custódia Franciscana da Divina Misericórdia.

Xariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTO
1º RTDPI



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação

c) deixar de contribuir de forma voluntária por mais de um ano, após notificação prévia, por escrito.

Parágrafo Único: Os requisitos para suspensão temporária ou exclusão permanente da Custódia, bem como as formalidades Canônicas. Deverão estar em concordância com os Cânones Gerais da IATB no tocante as Ordens Religiosas

Artigo 12º - Compete à Diretoria deliberar sobre a exclusão do colaborador, garantindo-lhe amplo direito de defesa através de recurso à Assembléia Geral.

Artigo 13º - Os colaboradores não respondem subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela Custódia Franciscana da Divina Misericórdia, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de atos culposos ou dolosos.

CAPITULO III

Da Administração e Representação:

Artigo 14º - A Custódia Franciscana da Divina Misericórdia será Administrada pela Assembléia Geral (Capítulo Regional), Conselho Executivo, Guardião da Custódia e Conselho Fiscal.

a) Da Assembléia Geral

Artigo 15º - A Assembléia Geral ou (Capítulo Regional) órgão de deliberação soberano da Custódia é constituída por todos os membros professos da Custódia, a fim de tratar de assuntos de Ordem espiritual e materiais relativos à Custódia ou relacionados com a Província a qual está submetida.

Artigo 16º - Compete à Assembléia Geral:

- a) eleger os membros do Conselho Executivo, Guardião da Custódia e Conselho Fiscal;
- b) destituir os membros do Conselho Executivo, Guardião da Custódia e Conselho Fiscal;
- c) decidir sobre as reformas do presente estatuto;
- d) decidir sobre a extinção da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia;
- e) aprovar o Regimento Interno;
- f) deliberar sobre o Plano de Atividades, o Relatório das Atividades sobre o Balanço Geral, após aprovação do Conselho Fiscal;
- g) deliberar, em grau de recurso sobre a exclusão de colaboradores.

Artigo 17º - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, para aprovar o Balanço Geral do exercício, o Plano de Atividades e o Relatório de Atividades e, **quadri-anualmente**, para eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Artigo 18º - As Assembléias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria, Conselho Fiscal ou por requerimento de um quinto (1/5) dos colaboradores com direito a voto, para tratar, exclusivamente, dos assuntos constantes de sua pauta.

Artigo 19º - As Assembléias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de dois terços (2/3) dos colaboradores com direito a voto e, em segunda convocação, uma hora depois da primeira com qualquer número de colaboradores presentes.

§ 1º. Para deliberar sobre a extinção da Custódia será necessária a concordância de no mínimo dois terços (2/3) dos presentes à assembléia especialmente convocada para a finalidade, devendo estar presentes em primeira convocação a maioria absoluta dos colaboradores e um terço (1/3) nas demais convocações.

§ 2º. A convocação da Assembléia Geral Ordinária será feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e da extraordinária com antecedência mínima de 7 (sete) dias, por meio de edital afixado em local visível na sede da Custódia e entregue a todos os colaboradores, pessoalmente, via postal ou correio eletrônico. No edital deverá constar a pauta a ser discutida e, quando da eleição de novos dirigentes, os nomes dos candidatos.

§ 3º. Os candidatos aos cargos eletivos deverão apresentar as suas chapas completas, com Conselho executivo e Conselho Fiscal, à Secretaria ou à eventual comissão formada para organizar as eleições, indicando o nome de cada um dos membros e o cargo a que está se candidatando, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da eleição, para que possa constar do edital de convocação.

b) Do Conselho Executivo.

Artigo 20º - O Conselho Executivo será constituída por: Guardião, Secretário, Tesoureiro e

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP I



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação

Conselho Fiscal.

Parágrafo único: O Conselho Executivo e Conselho Fiscal será eleita e empossada pela Assembléia Geral Ordinária para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Artigo 21º - O Conselho é o órgão administrativo, que responde, pela administração da Custódia.

Artigo 22º - O mesmo é um órgão colegiado de caráter administrativo e consultivo, composto de tres membros professos, que atua com o apoio da Assembléia Geral.

Parágrafo Único: O Capelão da Custódia participará das reuniões do Conselho executivo com assento e voz.

Artigo 23º - Compete ao Conselho Executivo da Custódia:

§ 1º - Autorizar a alienação ou venda de qualquer imóvel pertencente a Custódia.

§ 2º - Autorizar a aquisição de imóveis e outros bens.

§ 3º - Opinar sobre quaisquer assuntos, quando solicitado pelo Guardião da Custódia.

§ 4º - Desempenhar outras funções previstas no Regimento Geral e executar atribuições conferidas pela Assembléia Geral da Custódia.

Artigo 24º - O Guardião da Custódia é o presidente do Conselho executivo, e compete a ele:

§ 1º - Representar a Custódia, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive, se necessário, constituir procurador para defesa da Custódia.

§ 2º - Participar de todas as organizações, comissões ou instituições da Custódia, bem como das Comunidades (Conventos), podendo fazer-se presente a qualquer reunião, independente de convocação.

§ 3º - Cumprir e fazer cumprir este estatuto e o Regimento Geral.

§ 4º - Convocar e presidir as Assembléias Gerais, e as reuniões do Conselho Executivo.

§ 5º - Supervisionar as comunidades (Conventos), comissões e instituições da Custódia.

§ 6º - Autorizar despesas ordinárias e pagamentos.

§ 7º - Assinar com o secretário da Custódia as Atas das Assembléias e do Conselho executivo.

§ 8º - Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da Custódia, quando autorizado pelo conselho executivo, juntamente com o tesoureiro e juntos assinarem cheques.

§ 9º - Assinar as escrituras públicas e outros documentos referentes as transações ou averbações imobiliárias da Custódia, na forma da lei.

Artigo 25º - Compete ao assistente do Guardião da Custódia

§ 1º - Substituir o Guardião em suas faltas ou impedimentos

§ 2º - Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;

§ 3º - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao guardião;

Artigo 26º - Compete ao Secretário da Custódia:

§ 1º - Secretariar as reuniões do Conselho Executivo e assembléias gerais e redigir as competentes atas;

§ 2º - Publicar internamente todas as noticias das atividades da Custódia;

§ 3º - Elaborar os relatórios das atividades em conjunto com os demais membros do Conselho Executivo;

§ 4º - Atender as correspondências dando ciência ao Guardião;

§ 5º - Preparar e manter em dia fichário dos membros.

Artigo 27º - Compete ao Tesoureiro da Custódia:

§ 1º - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos membros, rendas, auxílios e donativos em dinheiro espécie, mantendo em dia a escrituração e toda ela comprovada;

§ 2º - Pagar todas as contas das despesas autorizadas pelo Conselho Executivo, ou pelo Guardião;

§ 3º - Apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;

§ 4º - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao Conselho Executivo e ao Conselho Fiscal;

§ 5º - Conservar sob sua guarda e responsabilidade o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;

§ 6º - Manter conta bancária em estabelecimento de crédito, assinar cheques e ordem de pagamento, sempre juntamente com o Guardião da Custódia.

Artigo 28º - Compete ao Guardião dos noviços a responsabilidade pela formação dos postulantes e noviços agindo em comum acordo com o Guardião e procedendo conforme as formalidades do

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação

Regimento Geral.

c) Do Conselho Fiscal

Artigo 29º - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela mesma Assembléia Geral que ao eleger o Conselho Fiscal, para um período de 4 (quatro) anos, permitira a reeleição.

Parágrafo único - Os suplentes prestarão toda a colaboração necessária ao trabalho dos efetivos e os substituirão em suas faltas ou impedimentos ou vacância.

Artigo 30º - O cargo de Conselheiro ficará vago por:

e) óbito;

f) renúncia;

g) ausência, por três vezes consecutivas, sem justificativa aceita pelos demais Conselheiros ou afastamento voluntário justificado superior a cinquenta por cento das reuniões anuais; e

h) destituição por atos incompatíveis com as finalidades da Custódia ou desinteresse pelas suas atividades.

Artigo 31º - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os documentos e livros em uso pelo Conselho Executivo, levantando quaisquer irregularidades e fazendo a respectiva comunicação ao próprio Conselho Executivo ou à Assembléia Geral, conforme o caso.

b) Emitir pareceres escritos sobre qualquer matéria relacionada com o setor financeiro da Custódia;

c) Analisar o balanço geral de encerramento do exercício, submetendo o relatório final à apreciação da Assembléia Geral Ordinária.

CAPÍTULO IV

Das fontes de recursos e patrimônio:

Artigo 32º - Os recursos da Custódia, bem como das Comunidades (Conventos), serão obtidos voluntariamente através de ofertas, coletas, dízimos e doações espontâneas de seus membros, bem como de doações de pessoas físicas e jurídicas, e outros meios lícitos.

Parágrafo Único: Os recursos obtidos conforme disposto neste artigo, integram o patrimônio da Custódia e sobre eles seus doadores não poderão alegar ter direitos, sob nenhum pretexto ou alegação.

Artigo 33º - Todo o movimento financeiro da Custódia será registrado conforme exigências técnicas e legais, que assegurem sua exatidão e controle, bem como de suas comunidades (Conventos).

Artigo 34º - Toda receita será aplicada, única e exclusivamente, na consecução das finalidades e objetivos da Custódia, e sempre em conformidade com as leis brasileiras.

Artigo 35º - O Patrimônio da Custódia compreende bens imóveis, móveis, veículos e outros, que possua ou venha possuir, os quais serão escriturados em seu nome, e sobre os quais exercerá incondicional poder e domínio, e só poderão ser vendidos ou alienados com aprovação da maioria dos membros do conselho executivo da Custódia.

Parágrafo Único: Por ser a Custódia uma organização religiosa, pessoa jurídica de Uns não lucrativos, os seus membros em suas diversas categorias, não são detentores de cotas ou fração ideal do patrimônio da Custódia, não lhes cabendo o pleito de restituição de valores doados voluntariamente para a Custódia, tais como: dízimos, ofertas, heranças, doações, etc. Os recursos obtidos, conforme disposto neste artigo, integram o patrimônio da Custódia, e em caso de desligamento não cabem sob nenhum pretexto ou alegação quaisquer direito com relação ao patrimônio da Custódia.

Artigo 36º - A Custódia, bem como as comunidades (Conventos), não responderam por dívidas contraídas, por seus membros professos, salvo com previa autorização por escrito em nome da mesma, ou nos limites da lei, ou concedida por autoridade competente. Conforme este estatuto.

Artigo 37º - A Custódia, bem como as comunidades que a compõem (Conventos), não será responsável juridicamente, uma pelas outras. Cada uma responderá em juízo por seus compromissos e exclusivamente com os bens registrados em seu nome particular.

Artigo 38º - Em caso de total dissolvência da Custódia, depois de quitados todos os compromissos, todos os seus bens remanescentes, serão revertidos em favor de entidades congêneres devidamente registradas.

Artigo 39º - Na hipótese de dissolução de uma de suas comunidades (Convento), o patrimônio da referida comunidade (convento) ficará sob a responsabilidade do conselho executivo.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação

CAPÍTULO V

Das disposições gerais e transitórias:

Artigo 40º - A Custódia, como organização religiosa, pessoa jurídica de natureza eclesiástica e de direito privado, legalmente habilitada perante os poderes públicos, responderá com seus bens pelas obrigações legais na forma da legislação civil por ela assumida.

Artigo 41º - Nenhum de seus membros, responderá solidária ou subsidiariamente, com seus bens particulares, pelos compromissos assumidos pela custódia ou comunidades (Conventos).

Artigo 42º - Este estatuto somente poderá ser reformado, parcial ou totalmente, por deliberação favorável de 2/3 (dois terços), dos membros professos reunidos em Assembléia Geral da Custódia convocada para esse fim com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Artigo 43º - A custódia não será dissolvida quanto a ela se agregarem dois terços (2/3) dos membros professos.


Artigo 44º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, da Custódia, e no seu impedimento, pelo Conselho executivo, observando as normas do Regimento Geral, o qual, depois de resolvido e concluído, será transcrito em ata, registrado em Cartório competente, para que tenha força estatutária, em conformidade com os princípios da família franciscana.

Artigo 45º - O presente estatuto entra em vigor a partir da sua aprovação em Assembléia Geral da Custódia Franciscana da Divina Misericórdia e as disposições contidas no mesmo, vigoram por tempo indeterminado.


Ezequiel Semiao do Rosario Filho
RG nº 5780621 SSP/PA
CPF nº 944.538.022-34
Presidente


Carlos André da Silva
RG 2204400 SSP/PA
CPF 760.012.102-68
Secretario


Elias Machado da Silva
RG 1318494
CPF 174.361.332-68


Otavio Oliveira da Silva
C.I: OAB/PA 3797
CPF nº 304.158.372-00


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ

E por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador.
Belém, 21 de março de 2023.

ocasional do Oficial.

Kariny Souza Borges.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00011785 Protocolo nº 00305268 data 23/11/2011 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955508 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 80555900000038117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ





no Registro nº 00003276 , Protocolo nº 00096318 , na data 05/02/1999
foi encontrado o seguinte:

05 fevereiro 1999

96318

3276

**ATA DE CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA DO CENTRO COMUNITÁRIO
"NOVA UNIÃO"**

Aos trinta dias do Mês de Maio de 1998, reunirão - se as 20:00hs na sede do Centro Comunitário "NOVA UNIÃO" à Rua do Veleiro n.º 05, Outeiro / Pará, os intitulados sócios fundadores do referido Centro Comunitário. Presidiu a sessão o senhor Reginaldo de Souza Modesto chamando-o o Sr. Benedito de Jesus Oliveira para secretariá-lo. Prosseguindo falou da importância do Centro Comunitário para a comunidade, falou também que no dia 20 de Outubro de 1997 o assunto Centro comunitário já fora discutido inclusive foi constituída uma Comissão Provisória, formada por 06 (seis) participantes: Sr. Reginaldo de Souza Modesto, Benedito Farias de Assis, Rosângela Monteiro Santa Brigida, Felipe Nelson Pires Elias, Antônio Maria Fernandes e Raimundo Nonato de Almeida.

Em seguida foi lida a pauta para a discussão que foram: Prestação de Contas da Festa realizada no dia 23 de Junho de 1998; Discussão do estatuto do Centro comunitário e a Eleição da Nova Diretoria. A palavra foi franqueada a Senhora Antônia Maria Fernandes onde na oportunidade falou que o dinheiro arrecadado da Festa no valor de R\$ 63,00 (sessenta e três reais) foi reinvestido na aquisição de pedra, cimento e areia, para que seja aplicado na construção do banheiro do Centro Comunitário. Em seguida o Senhor Reginaldo Modesto retomou a palavra e passou a ler o Estatuto do Centro Comunitário para os sócios presentes e ao mesmo tempo tirando dúvidas que por acaso houvessem alterando alguns itens que se julgassem necessários. Os itens que mais chamaram atenção dos presentes foram: taxa Mensal de contribuição de cada sócio e a função de cada membro da Diretoria.

Quanto a Taxa Mensal da Contribuição de cada sócio, ficou certo que será de R\$ 2,00 (Dois Reais) e pago até o dia 15 do Mês subsequente e poderá ser alterada conforme a mudança de moeda vigente do País. Quanto a função dos membros da Diretoria foi explicado capítulo por capítulo e tirando as dúvidas que por ventura houvessem.

O senhor Benedito de Jesus Oliveira usou a palavra e sugeriu que fosse escolhida a Diretoria do Centro Comunitário de imediato, bem como realizada a sua posse. O senhor Reginaldo Modesto, retomou a palavra e disse que a escolha das chapas deveriam ser democrática e sem número fixo para em seguida serem votadas secretamente e por escrutínio direto, sendo que os interessados em compor uma das Chapas deveriam ter afinidade para as respectivas funções. Deu-se um intervalo de 10 minutos para que os sócios presentes, num total de 34 (trinta e quatro) manifestassem para composição das Chapas. Retomada a reunião apenas uma Chapa foi apresentada formada pelos componentes: Presidente (Felipe Nelson Elias); Vice-Presidente (Reginaldo de Souza Modesto); 1º Secretário (Benedito de Jesus Oliveira); 2º Secretário (Cléa Mágnia da Cunha); 1º Tesoureiro (Antonia Maria Fernandes); 2º Tesoureiro (Maria Teresinha de Jesus Oliveira); Diretor de Patrimônio (Manoel José Pinheiro); Diretor de Educação e Saúde (Maria Madalena Santos Souza); Diretor de Esportes (Moisés Almeida Maciel); Conselho Fiscal (José Aleixo dos Santos, Benedito Farias de Assis, José Gonçalves Cardoso, Carlos Vinícios Nascimento Favacho, Idalino Mendes e Raimundo Nonato de Almeida) e por não ter concorrente foi aprovada pelos presentes e considerada eleita para governar por um período de 02 (dois) anos, com início em 30 de Maio de 1998 e termino em 30 de Maio de 2.000.

Em seguida foi dado posse pelo Senhor Presidente da Sessão os eleitos para a primeira diretoria do Centro Comunitário "NOVA UNIÃO"- CCNU, assim composta:

PRESIDESTE: Felipe Nelson Pires Elias

VICE-PRESIDENTE : Reginaldo de Souza Modesto

1º SECRETARIO: Benedito de Jesus Oliveira

2º SECRETARIO: Cléa Mágnia da Cunha

1º TESOUREIRA: Antonia Maria Fernandes

2º TESOUREIRA: Maria Teresinha de Jesus Oliveira

DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Manoel José Pinheiro

DIRETOR DE EDUCAÇÃO E SAÚDE: Maria Madalena Santos Souza

DIRETOR DE ESPORTES: Moisés Almeida Maciel

CONSELHO FISCAL (TITULARES): José Aleixo dos Santos

Benedito Farias de Assis

José Gonçalves Cardoso

CONSELHO FISCAL (SUPLENTES): Carlos Vinícios Nascimento Favacho

Idalino Mendes

Raimundo Nonato de Almeida

Kariny Souza Borges,
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data pelo que autentico esta via.
Em sinal de verdade.

15/02/1999

Cartório Guimarães
-TABELIAO-
Bel. Luiz Guilherme
Ferreira Guimarães
-SUBSTITUTOS-
Amália G. Ferreira
Silvia Nazaré G. Fernandes

Kariny Souza Borges,
OFICIAL SUBSTITUTA,
1º RTDPJ

CONSULTE ATRAVÉS DO SITE: WWW.PAPDESEGURANCA.COM.BR

SÉRIE FA 2604546



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação

Não havendo mais o que tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião por volta das 11:30hs; eu Benedito de Jesus Oliveira prescrevi a presente Ata, que será assinada por mim e toda a Diretoria.

Outeiro(Pa), 30 de Maio de 1998

PRESIDENTE

Felipe Nelson Pires Elias
Felipe Nelson Pires Elias

VICE-PRESIDENTE

Reginaldo de Souza Modesto
Reginaldo de Souza Modesto

1º SECRETARIO:

Benedito de Jesus Oliveira
Benedito de Jesus Oliveira

2º SECRETARIO:

Cleia Náima da Cunha
Cleia Náima da Cunha

1º TESOUREIRA:

Antônia Maria Fernandes
Antônia Maria Fernandes

2º TESOUREIRA:

Maria Teresinha de Jesus Oliveira
Maria Teresinha de Jesus Oliveira

DIRETOR DE PATRIMÔNIO:

Manoel José Pinheiro
Manoel José Pinheiro

DIRETOR DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Maria Madalena Santos Souza
Maria Madalena Santos Souza

DIRETOR DE ESPORTES:

Moisés Almeida Maciel
Moisés Almeida Maciel

CONSELHO FISCAL (TITULARES):

José Aleixo dos Santos
José Aleixo dos Santos

Benedicto Farias de Assis
Benedicto Farias de Assis

José Gonçalves Cardoso
José Gonçalves Cardoso

CONSELHO FISCAL (SUPLENTES):

Carlos Vinícius Nascimento Favacho
Carlos Vinícius Nascimento Favacho

Idalino Mendes
Idalino Mendes

Raimundo Nonato de Almeida
Raimundo Nonato de Almeida

Cartório Guimarães	Reconheço por ter conferido com
- Tabelião -	estó(s) existente(s) em meu arquivo
Bel. Luiz Guilherme	a(s) ...
Ferreira	... assinaturas - supra
- Substituto -	infra - Relato - Assinalado(s).
- Amélia G. Ferreira	Cometo ...
- Silvio Nazare G. Fernandes	... a ...
	... 05/02/1998

Kariny Souza Borges
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação



Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data pelo que autenticado esta via.
Em sinal da verdade.
Icoaraci, 15/02/1999

Cartório Guimarães
-TABELIAO-
Bel. Luiz Guilherme
Ferreira Guimarães
-SUBSTITUTOS-
Amália G. Ferreira
-Silvia Nazaré G. Fernandes


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação

LISTA DOS SÓCIOS CONTRIBUINTES

- 1- REGINALDO DE SOUZA MODESTO
- 2- ROSÂNGELA MONTEIRO SANTA BRÍGIDA
- 3- FELIPE NELSON PIRES ELIAS
- 4- ANTONIA MARIA FERNANDES
- 5- FRANCISCO JOSÉ LIMA SOUZA
- 6- SÔNIA REGINA BARBOSA
- 7- JOSÉ ALEIXO DOS SANTOS
- 8- CLÉA MÁGNA DA CUNHA
- 9- BENEDITO JESUS OLIVEIRA
- 10- MARIA TERESINHA JESUS OLIVEIRA
- 11- MANOEL JOSÉ PINHEIRO
- 12- MARIA MADALENA SANTOS SOUZA
- 13- MOISÉS ALMEIDA MACIEL
- 14- BENEDITO FARIAS DE ASSIS
- 15- JOSÉ GONÇALVES CARDOSO
- 16- CARLOS VINÍCIOS NASCIMENTO FAYACHO
- 17- HAMILTON PINHEIRO DE JESUS
- 18- RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA
- 19- NADIR PINTO FEITOSA
- 20- EVANGELINO DE SOUZA VIEIRA
- 21- MANOEL JOSÉ JAQUES PINHEIRO
- 22- EDIVALDO CARDOSO FERREIRA
- 23- MANOEL BRITO CORRÊA
- 24- JOSÉ ALCEMIR BARATA FERREIRA
- 25- CÉLIA DA SILVA NUNES
- 26- MARIA CLEIDE SILVA DE LIMA
- 27- MARIA MARIANA LOPES
- 28- JOSÉ LIMA RIBEIRO
- 29- FRANCILENE RODRIGUES LIMA
- 30- RUBENILSON CASTRO DA SILVA
- 31- PEDRO BORGES
- 32- RAIMUNDO MARTINS DA SILVA
- 33- NILTON MANOEL SANTOS DOS SANTOS
- 34- IDALINO MENDES


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data pelo que autentico esta via.
Em sinal de da verdade.
Icoaraci, 15/04/1998
L. Ferreira

Cartório Guimarães
-TABELIÃO-
Bel. Lutz Guilherme
Ferreira Guimarães
-SUBSTITUTOS-
Ana-Clia G. Ferrelra
Sônia Nizaré G. Fernandes



Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP

E por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador.
Belém, 21 de março de 2023.

ocasional do Oficial.

Kariny Souza Borges.

CONSULTE ATRÁVÉS DO SITE: WWW.PAPELDESEGURANCA.COM.BR

SÉRIE FA 2604542



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Registro nº 00003276 Protocolo nº 00096318 data 05/02/1999 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955505 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 50555900000018117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:



Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



foi encontrado o seguinte:

no Registro nº 00003277 , Protocolo nº 00096319 , na data 05/02/1991

05 fev. 1999 96319
3277

II MO. SR. OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DE
BELÉM/PÁ.

O Centro Comunitário "NOVA UNIÃO ", entidade Civil, sediada
à Rua do Veleiro, 05 - Outeiro/PÁ., representada pelo seu Vice-Presidente, Sr.
Reginaldo de Souza Modesto, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua do
Veleiro Nº 04. Vem mui respeitosamente perante a V. Sa., requerer o registro da
entidade nesse Cartório, apresentando para isso os documentos anexos, com indicações
exigidas pelos § 120 e 121 incisos I a IV da Lei Nº 6.015/73.

Nestes termos
Pede Deferimento

Belém(PÁ), 09 de Dezembro de 1998.

[Assinatura]

20/5/99
[Assinatura]
Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTOPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

**ESTATUTO DO CENTRO COMUNITÁRIO NOVA UNIÃO,
ILHA DE CARATATEUA OUTEIRO, ESTADO DO PARÁ.
APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, DE
CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO, REALIZADA EM 30 DE
MAIO DE 1998.**

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS.

ART. 1º - O Centro Comunitário "NOVA UNIÃO," fundado em 30 de maio de 1998, com sede própria localizada à rua do veleiro n.º 05, ilha do outeiro, estado do Pará e fôro na vila de Icoaraci, com tempo de duração indeterminado sem número fixo de sócios, entidade de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos e ; originário do espírito cooperativista dos comunitários e reger-se à pelo Estatuto e leis que lhes forem aplicáveis.


ART. 2º - O Centro Comunitário Nova União - CCNU, tem por objetivos.

- 1- Promover a união e o espírito comunitário de seus associados, bem como prestar serviços através de programas de educação, saúde, ambiental, culturais e lazer, com recursos próprios ou oriundos de doações, empréstimos e convênios.
- 2- Promover o desenvolvimento integrado da comunidade com entidades Comunitárias, visando bem estar sócio - econômico de seus associados;
- 3- Representar os associados juntos aos órgãos públicos e privados, no atendimento de suas reivindicações;
- 4- Celebrar convênios com órgãos municipais, federais, estaduais e internacionais, procurando captar recursos para serem aplicados conforme metas programadas.

CAPÍTULO II- DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS
TÍTULO I- DOS SÓCIOS

ART. 3º - São considerados sócios aqueles que:

- I- Tenham participado da assembleia geral da fundação do centro comunitário e cujo nome fazem parte da lista de presença da referida assembleia geral;


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

II- Residirem na área de influência e que manifestarem interesse em participar do centro preenchendo a respectiva proposta de inscrição;

III- Tenham seus pedidos de inscrição aprovados.

TITULO II – DOS DIREITOS DOS SÓCIOS.

ART.4º- São direitos dos sócios.

- I- tomar parte das assembléias gerais, votar e ser votado para membro da diretoria e conselho fiscal.
- II- gozar de serviço do centro comunitário;
- III- participar das atividades programadas pelo centro;
- IV- propor a diretoria; medidas de interesse do centro comunitário.

Parágrafo I- os direitos dos sócios são intransferíveis.

TITULO III- DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS.


ART. 5º- São deveres dos associados:

- I- comparecer as assembléias gerais e acatar as suas decisões;
- II- cumprir o presente estatuto e o regulamento que forem baixados pela diretoria;
- III- exercer cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de falta justificadas, bem como zelar pelo nome do centro;
- IV- pagar as mensalidades com valores de C\$ 2,00 (dois reais) e pagar até o dia 15 do mês subsequente podendo ser alterado conforme mudança da moeda vigente do país.

TITULO IV- DAS PENALIDADES

ART. 6º- O associado que de alguma forma desobedecer as disposições deste estatuto ou normas e regulamentos do centro comunitário fica sujeita as seguintes penalidades:

- I- advertência por escrito nos casos de desobediência ou falta do cumprimento do dever;
- II- suspensão de 01 a 12 meses


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

- a) os que constarem a mesma falta por mais de uma vez punido com advertência;
- b) os que estejam em atraso por mais de 3 meses no pagamento de suas mensalidades
- III- serão eliminados do quadro do centro comunitário:
 - a) os que desobedeceram o estatuto, por má conduta ou falta cometida contra os princípios morais e patrimoniais do centro comunitário.

Parágrafo I- as penalidades previstas por este estatuto serão aplicadas pela diretoria executiva, delas cabem recursos a assembléia geral;

Parágrafo II- a apresentação do recurso não terá efeito suspensivo;

Parágrafo III- a pena de suspensão não livra o associado de suas obrigações.

CAPÍTULO III- DOS ÓRGÃOS DO CENTRO.

ART. 7º- São órgãos do centro comunitário NOVA UNIÃO.

- a) a assembléia geral;
- b) a diretoria;
- c) conselho fiscal

TÍTULO I- DA ASSEMBLÉIA GERAL


ART. 8º- Assembléia geral e o órgão máximo de liberação e será soberana em suas resoluções, só poderá deliberar com a maioria simples de seus membros em primeira convocação.

ART. 9º- A assembléia geral realizar-se-á, ordinariamente uma vez por ano para:

- I- apreciar o relatório anual da diretoria;
- II- discutir e homologar as contas e o balanço, aprovado pelo conselho fiscal;
- III- programação do ano seguinte;
- IV- eleição da nova diretoria;

ART. 10º- Assembléia geral extraordinária realizar-se-á quando convocada:

- I- pela diretoria;


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

- II- pelo conselho fiscal;
- III- por requerimento de um 1/3 terço dos sócios quites com as obrigações sociais.

ART. 11º- Assembléia geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em edital e ser fixado em local visível na sede do centro comunitário ou em locais públicos.

TITULO II- DA DIRETORIA EXECUTIVA

ART.12º- O centro comunitário será administrado por uma diretoria composta dos seguintes membros: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, diretor de educação e saúde, diretor de esportes e diretor de patrimônio.

ART. 13º- compete a diretoria.

- I- a administração geral do centro, elaborar e executar o programa anual de atividades
- II- elaborar e apresentar a assembléia geral o relatório anual.
- III- Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.


ART.14º- A diretoria deliberará por maioria de seus membros e reunirá 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente quando necessário.

ART.15º- A diretoria terá mandato por 02 (anos), podendo haver reeleição por mais 01 (um) mandato.

ART.16º- Compete ao presidente;

- a) representar o centro comunitário perante a administração pública em geral, em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes por procuração pública.
- b) Convocar reunião de diretoria presidindo
- c) Assinar os atos das seções junto ao secretário, balanço anual de todos os documentos e que depende das assinaturas, bem como rubricar os livros da secretaria e tesouraria.
- d) Ordenar as despesas autorizadas e visar cheques e contas a pagar juntamente com o tesoureiro.

Art. 17º- Compete ao vice- presidente.


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991

Continuação

- a) auxiliar o presidente em suas atribuições;
- b) substituir o presidente em impedimento ou em caso de vacância

ART. 18º- Compete ao 1º secretário.

- a) preparar a correspondência de expediente do centro comunitário.
- b) Organizar e ter sobre sua guarda o arquivo do centro comunitário.
- c) Redigir e ler os atos da seção de diretoria e das assembléias gerais.

ART. 19º- Compete ao segundo secretário.

- a) auxiliar o 1º secretário em suas atribuições.
- b) Substituí-los em seus impedimentos.

ART.20º- Compete ao 1º tesoureiro.

- a) ter sobre sua guarda e responsabilidades os valores do centro comunitário.
- b) Efetuar pagamentos autorizados juntamente com o presidente elaborar e apresentar ao conselho fiscal os balancetes mensais e anuais.

ART.21º- Compete ao 2º tesoureiro.

- a) auxiliar 1º tesoureiro em suas atribuições;
- b) substituí-los em seus impedimentos;

ART.22º- Compete ao diretor de patrimônio.

- a) zelar pelos bens móveis e imóveis que o centro possui ou venha a possuir possibilitando o uso e a boa conservação.

ART. 23º- Compete ao diretor de educação e saúde.

- a) coordenar todas as atividades em educação e saúde do centro comunitário.
- b) Promover intercâmbio educacional entre as atividades congêneres.
- c) Gerenciar os convênios assinados entre o centro comunitário e os órgãos públicos e privados.
- d) Tudo que for necessário para o bom andamento da educação e saúde da comunidade.


Kariny Souza Borges,
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

ART.24º- Compete ao diretor de esportes.

- a) coordenar todas atividades disponíveis do centro comunitário e formar departamento e outros relacionados ao esporte e lazer.
- b) Promover competições esportivas aos associados.
- c) Incentivar as modalidades desportivas aos associados.

TITULO III- DO CONSELHO FISCAL.

ART.25º- O conselho fiscal será composto 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos para um mandato de 02 anos.

ART.26º- O conselho fiscal reunir-se-á três em três meses em seção ordinária e extraordinária, sempre que necessário.

ART.27º- Compete ao conselho fiscal;

- a) examinar os livros de escriturações da entidade.
- b) Examinar os balancetes apresentados pelo tesoureiro, opinando a respeito.
- c) Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da diretoria.
- d) Opinar sobre Aquisição e alienação de bens.

CAPITULO IV- DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS.


ART. 28º- Constitui patrimônio do centro.

- a) contribuição dos associados.
- b) As doações e os legados.
- c) Os bens e os valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos.

ART.29º- No caso de dissolução do centro, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

ART.30º- As despesas do centro ocorrerão pelas seguintes rubricas.

- a) despesas gerais


Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

- c) despesas de representação
- d) imposto e multas
- e) previdência social
- f) assistência social, jurídica e outras
- g) promoção

CAPITULO V- DAS ELEIÇÕES.

ART. 31º- As condições para votar e ser votado, processo eleitoral e demais procedimentos obedecerão as normas para as sociedades civis, atendidas as exigências constantes neste estatuto por escrutínio direto e secreto, sendo considerado eleito a chapa que obtiver a maioria simples dos votos.

ART. 32º- As eleições diretas realizar-se-ão no mês de maio e dela participarão todos os associados que tenham pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo I- a eleição só poderá concorrer chapas completa e receberão votos integrais.

Parágrafo II- a inscrição de um candidato em uma chapa veda sua inscrição em outra para concorrer a qualquer pleito.

Parágrafo III- as chapas serão registradas trinta dias antes das eleições devendo constar na cédula eleitoral, pela ordem de inscrição e o número designativo.

ART. 33º- A posse da diretoria e o conselho fiscal se dará após as eleições ou no período estabelecido pela assembléia geral.

Art.34º- O mandato dos membros da diretoria executiva expirará no dia 30 do mês de maio após 02 (anos) de exercício.

ART. 35º- O mandato do conselho fiscal expirará no dia 30 do mês de maio após 02 (anos) de mandato da diretoria executiva.

ART. 36º- O presente estatuto poderá ser reformulado em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDPJ



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação

ART. 37º- Responsabilidade; a Diretoria responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas.

Aprovado em sessão de assembléia geral, realizada no dia 30 de maio de 1998.

ART. 38º- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Outeiro (PA), 30 de maio de 1998.

Presidente: Felipe Nelson Pires Elias
Felipe Nelson Pires Elias

Vice-Presidente: Reginaldo de Souza Modesto
Reginaldo de Souza Modesto

1º Secretário: Benedito de Jesus Oliveira
Benedito de Jesus Oliveira

1º Tesoureiro: Antonia Maria Fernandes
Antonia Maria Fernandes

Cartório Guimarães	Reconheço por ter conferido com
- Tabelião -	está(s) existente(s) em meu arquivo
Bel. Luiz Gultherm	n(s).....assinaturas - supra
Ferreira G.	tra - Reto - Assinada(s).
- Substitutos	Com esta
- Amália G. Ferreiraassinatura
- Sílvia Nazaré G. Fernandesassinatura
	Caracat. 09 DEZ/1998

Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA

E por ser verdade dou fé, subscrevo e assino. MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, Oficial Registrador.
Belém, 21 de março de 2023.

ocasional do Oficial.

Kariny Souza Borges



Registro nº 00003277 Protocolo nº 00096319 data 05/02/1991 Continuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL CERTIDÃO 955506 - SÉRIE: A - SELADO EM: 21/03/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 60555900000028117534810290

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	R\$ 260,30	R\$ 39,05	R\$ 6,51

NOME ASSINATURA:
CPF ASSINATURA:
DATA ASSINATURA:
HORA ASSINATURA:
VALIDADE ASSINATURA:
VERSÃO ASSINATURA:



Kariny Souza Borges
OFICIAL SUBSTITUTA
1º RTDP